

Quem disse ?

«Autoridade, autoridade é muito bonita, pensa muito boa parte do PSD e pensa ele. Ele Durão, o duro, entende que dura se explorar a arrogância verbal e os formalismos pomposos»

Martinho de Castro
«Assim – Jornal de Crítica», Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Nº1020 20 MAIO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



PAÇOS DO CONCELHO DA GUARDA

PS reage a acto intolerável

Insultos de Jardim a Soares na PGR

Poucas horas depois de Alberto João Jardim ter insultado de forma indigna o cabeça-de-lista socialista às eleições europeias, Mário Soares, a Comissão Permanente do PS reuniu-se ao longo da noite de terça-feira e decidiu participar um comunicado assinado pelo presidente do Governo Regional da Madeira à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Nesse comunicado, na qualidade de presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim comete um acto institucional da maior gravidade, lançando um ataque soez contra o ex-Presidente da República. Por isso, em conferência de Imprensa realizada na madrugada de quarta-feira, na sede nacional, o porta-voz do PS revelou que o PS irá pedir uma audiência com carácter de urgência ao chefe de Estado, Jorge Sampaio, visando apresentar queixa de mais esta situação de abuso intolerável de poder por parte de Alberto João Jardim. «Trata-se de um insulto de um membro do Conselho de Estado a outro membro do Conselho de Estado», explicou o camarada António Vitorino. Na mesma conferência de Imprensa, o porta-voz socialista desafiou o presidente do PSD, Durão Barroso, a demarcar-se deste estilo de comportamento por parte do presidente do Governo Regional da Madeira.

«O PS repudia esta ofensa que Alberto João Jardim fez ao povo português em geral e em particular ao povo da Madeira, próprio de quem está habituado a abusar do poder. Desta vez Alberto João Jardim foi longe de mais e merece inequívoca censura-?, adiantou o porta-voz do PS.

A Comissão Permanente do PS também decidiu apresentar uma posição de «inequívoca» solidariedade em relação a Mário Soares. De resto, como salientou António Vitorino, a forma como Alberto João Jardim reagiu à crítica de que existe défice democrático na Madeira prova que essa situação, de facto, existe.

ANTÓNIO VITORINO DENUNCIA CAVACO VOLTA À LUTA PARTIDÁRIA RESENTIDO E CHEIO DE DEMAGOGIA



A Comissão Permanente do PS esteve reunida terça-feira, tendo analisado as mais recentes afirmações do ex-primeiro-ministro Cavaco Silva sobre a forma como o PS tem conduzido os destinos do País. Na resposta, o porta-voz socialista, António Vitorino, acusou Cavaco de se assumir como um agente da campanha eleitoral europeia do PSD, regressando a luta partidária com ressentimento e com posições absurdas e demagógicas sobre os recentes bons resultados alcançados por Portugal nas negociações da Agenda 2000.

Política

Governo explica novo conceito Cimeira de Washington reforça pilar europeu da NATO



A declaração de Washington e o novo conceito estratégico da Aliança Atlântica reconhecem claramente a importância do pilar europeu na defesa e segurança dentro da NATO. Esta posição foi levada à Assembleia da República pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, Jaime Gama e Veiga Simão, respectivamente.

Governo

Administração Autárquica Novo quadro de competências



O Conselho de Ministros aprovou, no dia 12, em Lisboa, uma proposta de lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. Foram contemplados neste diploma vários aspectos, correspondendo quer a pretensões da administração local quer a exigências de ordem prática.



Um líder sustentado

Durão Barroso, o mais recente presidente (nomeado) do PSD, é cada vez mais um líder de fachada. Se os portugueses esperavam que com esta nova direcção o PSD tomaria tino, isto é, ultrapassaria as frequentes tricas internas e passaria a fazer uma oposição construtiva, com propostas concretas e coerentes, desenganem-se.

O PSD regrediu, voltou ao passado, voltou aos piores tempos do senhor que nunca se engana e que raramente tinha dúvidas. O PSD voltou, embora mascarado, a ser governado e manipulado por Cavaco Silva. A figura tutelar da longa noite cavaquista voltou a aparecer em público, retomou as intervenções políticas e voltou à actividade partidária, da qual se tinha afastado voluntariamente a seguir às derrotas eleitorais de 1995 e 1996. Cavaco voltou ressentido, com o seu pessimismo habitual e com a mesma arrogância com que governou o País durante duas maiorias absolutas. Senhor da verdade absoluta, incapaz de reconhecer os méritos ou o esforço do trabalho dos outros, Cavaco continua igual a si próprio e, pior que isso, está a arrastar consigo de novo o Partido que votou ao abandono quando chegaram as derrotas.

Sem norte, sem rumo e, sobretudo, sem programa, este PSD ambiciona a todo o custo a conquista do poder, mesmo que para isso tenha que se socorrer do velho timoneiro. Comprometidos com este processo estão os guardiães de uma sociedade cada vez mais fechada, egoísta, sectária e anti-solidária. Gente que ainda não percebeu que a terra é redonda e que o «mundo pula e avança», gente que vive agarrada ao passado, presa a um saudosismo que não regressa.

Durão Barroso, o anedotário líder, que antes de ser já o era, encontra-se completamente prisioneiro do seu alter-ego Cavaco Silva. É ele quem marca o ritmo das críticas do PSD ao Governo e ao Partido Socialista, é ele que se torna o centro das atenções nas comemorações dos 25 anos do PSD e é, ainda ele que continua a ser visto como o presidente.

Durão Barroso não consegue, nem conseguirá tão cedo ultrapassar este facto, sobretudo por uma simples razão: Durão nunca ganhou nada no PSD, nem sequer a presidência de que hoje desfruta – ela foi-lhe oferecida de bandeja. Esta é a sua grande diferença relativamente a Cavaco Silva. Cavaco gosta de afirmar que subiu na vida a pulso (Salazar também), Durão foi empurrado, levado ao colo, por isso, precisa ainda de se afirmar e de ver reconhecido o seu mérito publicamente. Até lá vai continuar em casa a estudar os dossiers e Cavaco a marcar os timings do PSD.



L'IMPORTANT C'EST LA ROSE

A tomada de posse em Paris de François Mitterrand como presidente da França, numa cerimónia para a qual o camarada Mário Soares havia sido convidado pessoalmente pelo novo inquilino do Eliseu, era notícia, obviamente, na edição de 21 de Maio de 1981 do «Acção Socialista». Antes de partir para a Cidade-Luz e referindo-se à sua grande amizade com Mitterrand, o camarada Mário Soares afirmava: «Somos velhos camaradas que acreditam no futuro do socialismo democrático na Europa e no mundo.»

O «AS» dava ainda destaque a uma intervenção do deputado socialista António Arnaut na AR numa interpelação ao Governo AD sobre saúde.

«A direita já não precisa – ou julga não precisar – de se esconder por detrás do biombo das conveniências, arremetendo furiosamente contra a Constituição e contra o Serviço Nacional de Saúde», afirmava o camarada Arnaut.

J. C. C. B.

21 de Maio

Quem disse?

«Temos que ser um partido claramente de esquerda, disputando ao PCP as iniciativas nas lutas laborais, na participação dos trabalhadores nas decisões empresariais e dos sectores económicos na redução do horário de trabalho, na defesa do direito à greve e no direito à terra para aqueles que a trabalham.»

Marcelo Curto



Melhorar condições no trabalho Campanha para indústria têxtil em marcha

Até Junho de 2000 estará em marcha uma campanha que visa a melhoria nas condições de segurança no trabalho na indústria têxtil e do vestuário.

O anúncio foi feito, no dia 18, em Famalicão, pelo ministro da Economia, Pina Moura, e o secretário de Estado da Segurança Social e Relações Laborais, Ribeiro Mendes, aquando do lançamento da referida campanha, para a qual foi afectada uma verba de 400 mil contos (cerca de dois milhões de euros).

A iniciativa é organizada pelo Instituto de De-

senvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho.

Anualmente, registam-se na indústria têxtil e do vestuário cerca de dez mil acidentes de trabalho, dois dos quais mortais, e «um número incalculável de doenças profissionais». O ruído produzido pelos teares, as poeiras libertadas nas fiações, o contacto com produtos químicos nas tinturarias e a monotonia das tarefas repetitivas na confecção de vestuário são as situações de maior risco de acidente de trabalho ou doença profissional no sector em questão.

Só dez universidades privadas têm qualidade

Durante o consulado laranja as universidades privadas cresceram como cogumelos sem qualquer tipo de fiscalização por parte do Estado, que também no sector do ensino se foi demitindo das suas responsabilidades.

Para os sucessivos governos de Cavaco Silva o betão era mais importante que o ensino, nomeadamente o superior. O mercado que resolvesse, era então a palavra de ordem.

Agora, o Governo do PS quer pôr alguma ordem neste sector. Num balanço feito pela Inspeção-Geral de Educação sobre o triénio de 1994 a 1997, num Relatório de Evolução, constata-se que em 106 instituições de ensino superior privado, apenas dez universidades são «consideradas boas».

Segundo o relatório, há 15 «não aceitáveis», 49 que suscitam «reservas» e 32 «aceitáveis».

Justiça e Solidariedade Assegurados alimentos para menores

O diploma dos ministérios da Justiça e do Trabalho e Solidariedade que «regula a garantia de alimentos devidos a menores prevista na lei» foi publicado na passada quinta-feira, dia 13, no «Diário da República».

Ao abrigo de um decreto-lei, é criado o Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores, gerido em conta especial pelo Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social.

Ao Instituto cabe assegurar o pagamento das prestações de alimentos em caso de incumprimento da obrigação pelo respectivo devedor, através dos centros regionais de segurança social da área de residência do alimentado, após ordem do tribunal competente e subsequente comunicação da entidade

gestora.

«Através da articulação de diversas entidades intervenientes, em colaboração com o tribunal, visa-se assegurar a plena eficácia e rapidez do procedimento ora criado», refere o preâmbulo do diploma.

Tendo como pano de fundo a lei 95/98, de 19 de Novembro, o decreto-lei estipula os pressupostos e requisitos de atribuição das prestações de alimentos, garantias e formas de reembolso, bem como aspectos ligados à responsabilidade civil do representante legal ou à pessoa a cuja guarda o menor se encontre. O diploma entrou em vigor no dia imediato ao da sua publicação, ou seja, na sexta-feira dia 14.

Cooperação espacial Quadros portugueses treinados na NASA

Portugal está interessado na possibilidade de treinar quadros portugueses através da sua colocação temporária nas instalações da agência espacial norte-americana. A informação foi revelada pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, no dia 13, em Washington, na presença do director da NASA. O ministro português e o responsável da agência espacial norte-americana, Daniel Goldin, estiveram reunidos na capital dos Estados Unidos, na passada quinta-feira, tendo ambos focado o bom relacionamento existente entre a NASA e Portugal e o desejo mútuo de prosseguir esta cooperação através de várias actividades espaciais na área civil.

Ambas as partes, o director agência e o ministro português, publicaram uma declaração conjunta após a reunião que mantiveram, tendo manifestado o interesse em dinamizar a cooperação bilateral na área civil espacial. Assim sendo, decidiram a realização em Por-

tugal de um encontro destinado a identificar as áreas de investigação ou relacionadas enquadráveis no fortalecimento da cooperação que se perspectiva.

Segundo a declaração conjunta publicada em Washington, as áreas em causa poderão ser as das tecnologias da informação, observação da Terra, alterações climáticas, oceanografia, ciência espacial, astronomia e raios cósmicos, entre outras.

Goldin referiu que Portugal foi bem sucedido nas experiências relacionadas com o Magnetic Spectrometer Experiment (AMS) realizadas a bordo do missão STS-91 do vaivém, em Maio de 1998, durante a qual a NASA participou nas comemorações dos 500 anos da descoberta do caminho marítimo para a Índia pelo navegador Vasco da Gama.

O vaivém transportou a bordo uma bandeira portuguesa e um mapa mostrando a rota seguida por Gama.

COMISSÃO PERMANENTE **António Vitorino denuncia**

CAVACO VOLTA À LUTA PARTIDÁRIA RESSENTIDO E CHEIO DE DEMAGOGIA

A Comissão Permanente do PS esteve reunida terça-feira, tendo analisado as mais recentes afirmações do ex-primeiro-ministro Cavaco Silva sobre a forma como o PS tem conduzido os destinos do País. Na resposta, o porta-voz socialista, António Vitorino, acusou Cavaco de se assumir como um agente da campanha eleitoral europeia do PSD, regressando à luta partidária com ressentimento e posições absurdas e demagógicas sobre os recentes bons resultados alcançados por Portugal nas negociações da Agenda 2000.

«**E**stá preenchido o lugar de figura tutelar da nova direcção do PSD», observou António Vitorino no início da conferência de Imprensa, reagindo a declarações na véspera proferidas por Cavaco Silva. Para a Comissão Permanente do PS, este novo episódio com Cavaco Silva marca o seu regresso à luta partidária, da qual se havia afastado voluntariamente, «quando decidiu não se recandidatar a primeiro-ministro e apresentar-se como candidato presidencial».

No que respeita aos ataques feitos por Cavaco sobre os resultados das negociações em torno das perspectivas financeiras da União Europeia para o período entre 2000 e 2006, o porta-voz do partido do punho sustenta que se chega à conclusão de que regressou à vida partidária com o ressentimento próprio «de quem afinal errou e não tem a humildade de reconhecer o erro. Errou em 1994, quando desistiu de assumir a responsabilidade de conduzir os destinos do PSD nas eleições seguintes por manifesto receio dos custos políticos e sociais que resultariam do ajustamento económico à moeda única europeia», observou o camarada António Vitorino, para quem o ex-chefe do Governo também se enganou quanto ao desfecho das negociações da Agenda 2000.

«É sempre possível, para quem está de fora, para quem não assume responsabilidades, dizer que teria feito mais e melhor, só que a História não se re-escreve, muito menos por quem não deu oportunidade a que tal acontecesse. E o mais elementar rigor e seriedade argumentativa exigiria que se reconhecesse que este resultado negocial garante amplamente as condições de desenvolvimento económico e social do país para os próximos sete anos, permitindo prosseguir na estratégia de recuperação do nosso atraso estrutural», contrapôs António Vitorino.

A grande desilusão de Cavaco

A mais recente intervenção de Cavaco Sil-



va, além de ressentimento, segundo a Comissão Permanente do PS, revela igualmente «uma profunda desilusão», já que «alimentou esperanças de que a difícil conjuntura da negociação da Agenda 2000 conduziria com muita probabilidade a um insucesso do Governo português, que, a ter ocorrido, seria aproveitado para fins de luta política interna». No entanto, como lembrou o camarada António Vitorino, «esse insucesso não se verificou e, pelo contrário, o resultado obtido mostra-se de grande alcance para o desenvolvimento futuro de Portugal, como o reconhecem a generalidade dos analistas económicos, a imprensa internacional e até vários destacados responsáveis do próprio PSD».

A seguir, o dirigente do PS lembrou o quadro difícil em que ocorreram as negociações da Agenda 2000, pois coincidiram com uma fase de contenção da despesa comunitária em paralelo com os constrangimentos da despesa pública nacional decorrentes do Pacto de Estabilidade. «Quem quiser ignorar este facto, bem como a ausência de protagonismo de uma Comissão Europeia já demissionária e portanto politicamente muito fragilizada, assim como as inequívocas pressões no sentido de privar de apoios estruturais e do Fundo de Coesão em especial os países que se qualificaram para a moeda única, estará a falsear o rigor na análise e ponderação dos resultados obtidos», acusou António Vitorino, que ainda aludiu ao facto de os riscos que Portugal correu nesta negociação terem sido

«esconjurados graças à estratégia desenvolvida pelo Governo português».

«No plano global, entre 2000 e 2006, Portugal beneficiará (fundos estruturais e Fundo de Coesão) de um total de cerca de 4600 milhões de contos (a uma média anual de cerca de 656 milhões de contos), o que corresponde inclusivamente a um aumento, ainda que ligeiro, da nossa participação no total dos apoios estruturais (que no II Quadro Comunitário de Apoio se situa em 10,6 por cento, passando agora a representar 10,7 por cento)».

Agenda 2000 beneficiou Portugal

Ainda em resposta a Cavaco Silva, o porta-voz do PS classificou como «lamentáveis e demagógicas» as conclusões tiradas sobre a relação entre o peso dos fundos estruturais e o Produto Interno Bruto (PIB). Essas afirmações foram demagógicas e lamentáveis, segundo António Vitorino, «desde logo porque ignoram as restrições do quadro global de perspectivas financeiras aprovado, já que em 1999, a dotação dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão com os Quinze Estados-membros representa 0,46 por cento do Produto Nacional Bruto da União, ao passo que em 2006 deverá representar 0,32 por cento do PNB da União Europeia». Mais grave, observou o membro da Comissão Permanente do partido, é a lógica da crítica formulada por Cavaco Silva, pois

«parece partir do pressuposto que, quanto mais rico for um país, quanto mais progressos fizer em matéria de convergência real, maior deveria ser o seu envelope financeiro. Salvo o devido respeito, a lógica de Cavaco Silva assenta num absurdo ou então é azúdua com manifesta demagogia, imperdoável em quem teve altas responsabilidades de Estado no processo de integração europeia de Portugal», denunciou o ex-ministro da Presidência.

Para o PS, em suma, os resultados da Agenda 2000 correspondem ao essencial das preocupações do Governo português, tendo sido possível impedir a aprovação das soluções mais gravosas para o interesse nacional. Como lembrou o porta-voz socialista na mesma conferência de imprensa, «o resultado alcançado é muito positivo não só porque corresponde ao nosso interesse nacional, mas também porque permitiu evitar uma crise ou paralisia da União Europeia e adoptar soluções que criam condições para a prossecução do projecto europeu».

«O PS, com a sua vitória eleitoral em 1995, contribuiu já para aliviar a angústia de Cavaco Silva em 2000 e - como se vê - com resultados muito positivos para Portugal e para os portugueses. Continuamos empenhados no combate político democrático para que, de novo, em 2006, possamos aliviar Cavaco Silva desta angústia pré-anunciada, neste seu regresso ao activo da luta político-partidária», declarou António Vitorino.

CIMEIRA DE WASHINGTON REFORÇA PILAR EUROPEU DA NATO

A declaração de Washington e o novo conceito estratégico da Aliança Atlântica reconhecem claramente a importância do pilar europeu na defesa e segurança dentro da NATO. Esta posição foi levada à Assembleia da República pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, Jaime Gama e Veiga Simão, respectivamente. Respondendo aos ataques dos partidos da oposição, o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, usou da palavra para lembrar que o Governo de Cavaco Silva, em 1991, após a revisão do conceito estratégico da NATO, nada explicou perante o Parlamento. Um argumento que retirou qualquer autoridade moral ao PSD para criticar o primeiro-ministro e o Executivo socialista.

Durante o debate parlamentar sobre o novo conceito estratégico da NATO, quinta-feira passada, o ministro dos Negócios

Estrangeiros realçou que todas as posições portuguesas foram aceites e que os resultados da recente cimeira de Washington se traduziram num «notável» avanço em termos de reconhecimento do papel da União Europeia no campo da segurança e defesa. «Os chefes de Estado e de Governo da Aliança Atlântica, refutando profecias negativas provenientes de diversos quadrantes, abriram as portas a uma colaboração directa e intensa entre a NATO e a União Europeia», sublinhou Jaime Gama aos deputados.

Esta mudança, explicou o membro do Governo socialista, «representa um desenvolvimento que seria impensável há uns meros cinco anos atrás». Entre outros progressos, segundo Jaime Gama, a cimeira de Washington saúda «o novo alento dado à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) pelo Tratado de Amesterdão e pelas conclusões do Conselho Europeu de Viena, com base na declaração franco-britânica de St. Malô; considera que devem ser criados mecanismos de consulta e cooperação entre a NATO e a União Europeia, inspirados nos que já existem entre a Aliança Atlântica e a União da Europa Ocidental (UEO); e manifesta disponibilidade para permitir à União Europeia um acesso facilitado aos meios e capacidades, bem como aos meios de planificação militar aliados, identificando inclusivamente os arranjos de comando para as operações que possam a vir a ser conduzidos pela União».

Ou seja, concluiu o ministro dos Negócios Estrangeiros, a NATO «passou a encarar, de frente e sem rodeios, a integração da UEO na União Europeia - processo que,



digam-se, conheceu novos avanços na recente cimeira ministerial de Bremen e que poderá ser acelerado no Conselho Europeu de Colónia. A NATO de hoje apoia o reforço da identidade europeia de segurança e defesa, no seu seio e no quadro da União. Existe um vasto entendimento sobre partilha de responsabilidades entre europeus e norte-americanos, uma parceria em que aos primeiros são facultados os meios necessários a uma crescente afirmação», frisou Jaime Gama.

Portugal escutado pela NATO

Ainda de acordo com o responsável máximo da diplomacia portuguesa, ao contrário da propaganda difundida pelo PCP Portugal viu todas as suas pretensões serem aceites na cimeira de Washington. Na sua intervenção na Assembleia da República, Jaime Gama fez alusões ao facto de ter ficado clarificada «a articulação devida entre a NATO e a carta das Nações Unidas, o respeito pelas exigências constitucionais de cada aliado sempre que se encontre em causa uma necessidade de defesa colectiva e realismo e prudência na delimitação da área geográfica susceptível de envolvimento nas novas missões da Aliança Atlântica».

A finalizar, o ministro dos Negócios Estrangeiros lembrou igualmente que na capital norte-americana, por iniciativa portuguesa, ficou consagrado que o conceito estratégico da NATO e a declaração de Washington formalizam como prioridade o diálogo mediterrânico.

No mesmo debate, também o ministro da Defesa, Veiga Simão, levou a garantia de

que «a segurança da Europa e a da América do Norte são indivisíveis. A manutenção de uma capacidade militar adequada e a efectiva preparação para actuar colectivamente na defesa comum permanece essencial para os objectivos de segurança da Aliança Atlântica», referiu o membro do Governo.

Quanto à identidade europeia de segurança e defesa, Veiga Simão advogou que «continuará a ser desenvolvida e aperfeiçoada dentro da NATO. Este processo requer uma cooperação estreita entre a NATO, a UEO e, se e quando adequado, a União Europeia». Segundo o ministro da Defesa, esta opção «permitirá apoiar, quando necessário, a actuação isolada dos aliados europeus numa base casuística e por consenso, disponibilizando os seus meios e capacidades para operações». Ou seja, acrescentou Veiga Simão, este avanço «permite aos aliados europeus agir autonomamente utilizando meios da aliança».

Governo PSD fugiu ao debate

Quanto à organização das Forças Armadas, o titular da pasta da Defesa também foi claro em sustentar que a Aliança Atlântica conserva «as necessárias capacidades militares com vista ao cumprimento das suas missões. As forças da Aliança devem salvaguardar a eficácia militar da NATO e a liberdade de acção». Por outro lado, o princípio do esforço colectivo na defesa da Aliança concretiza-se pelo «recurso a iniciativas práticas que se baseiam em procedimentos de consulta, numa estrutura militar integrada e em acordos de cooperação». Os aspectos fundamentais,

de acordo com o membro do Governo, «incluem o planeamento colectivo de forças, os fundos comuns, os acordos relativos às forças multinacionais e aos comandos, um sistema integrado de defesa aérea, o estacionamento e posicionamento de forças fora do território nacional quando exigido, padrões e procedimentos comuns em relação a equipamentos, treino e logística, doutrinas e exercícios conjugados e combinados, quando apropriado e cooperação no domínio das infra-estruturas, armamentos e logística».

Após o PSD ter formulado insistentes críticas à ausência de António Guterres naquele debate, o ministro dos Assuntos Parlamentares foi obrigado a usar da palavra para lembrar que António Guterres, até este momento, já esteve mais do dobro das vezes na Assembleia da República do que o seu antecessor no cargo, Cavaco Silva. Mais grave ainda, como sublinhou António Costa, em 1991, na sequência de um outro acordo para a revisão do conceito estratégico da NATO, o Governo de então não se dignou a justificar perante o Parlamento quais os novos compromissos que o Estado português havia assumido com os restantes parceiros da Aliança Atlântica.

António Guterres esteve indisponível para participar no debate de quinta-feira, revelou o ministro dos Assuntos Parlamentares, porque o PSD, em conferência de líderes, pediu o adiamento de 13 para 19 de Maio da presença do primeiro-ministro na Assembleia da República. «Até ao final da legislatura, nunca mais atenderemos a um pedido de boa vontade vindo do PSD», advertiu o ministro dos Assuntos Parlamentares.

NOVO QUADRO DE COMPETÊNCIAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 12, em Lisboa, uma proposta de lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. Foram contemplados neste diploma vários aspectos, correspondendo quer a pretensões da administração local, quer a exigências de ordem prática.

Esta iniciativa visa a adequação à legislação publicada posteriormente ao diploma substituído, a eficácia institucional e a eficiência orgânica, a simplificação de procedimentos e a uniformização e rigor terminológicos.

Destaque-se, quanto à adequação à legislação entretanto publicada, que só nos últimos três anos, por iniciativa da Assembleia da República ou do Governo, foram publicadas diversas leis (algumas estruturantes) na área da administração autárquica, entre os quais se mencionam as que respeitam ao regime da tutela administrativa, à disciplina de criação e funcionamento das empresas municipais, intermunicipais e regionais, ao regime das finanças locais, às atribuições das freguesias e competência dos seus órgãos, ao regime de exercício de funções dos membros das juntas de freguesia, ao estatuto de direito de oposição e à revisão do Código da Estrada.

O diploma aprovada pelo Executivo Socialista, tendo por objecto o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos do município e da freguesia, constitui, também, um natural complemento da proposta de lei-quadro de atribuições e competências já aprovada pelo Governo e apresentada oportunamente à Assembleia da República (proposta de lei n.º 111/VI).

De entre as modificações introduzidas salientam-se, de forma resumida, as mais significativas.

A nível das competências da assembleia municipal:

- Deliberar no que represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei, ao município;
- Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
- Deliberar sobre a criação, em concreto, do corpo de polícia municipal.

A nível das competências da câmara municipal:

- Criar ou participar em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio rural;
- Apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;
- Apoiar e participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes.

No que respeita à competência própria do presidente da câmara:



- Aprovar projectos, programas de concurso e caderno de encargos de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação e ensino, nos casos e nos termos determinados por lei.

A nível das competências da assembleia de freguesia:

- Autorizar a contracção de empréstimos e aberturas de crédito, permitidos por lei;
- Autorizar a participação da freguesia em empresas de capitais públicos de âmbito municipal e em associações de freguesias.

No tocante à competência da junta de freguesia:

- Apoiar ou comparticipar no apoio a actividades de interesse para a freguesia, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa ou outra;
- Proceder à administração dos baldios, nos termos da lei.

Acelerar licenciamento de obras

Também na passada reunião do Conselho de Ministros foi aprovada uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de atribuições das autarquias locais no que respeita ao regime de licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização e de obras particulares.

Na sequência da aprovação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), o Executivo socialista considerou necessário proceder ao seu desenvolvimento, através da definição do regime jurídico da urbanização e da edificação dado que a le-

gislação actualmente em vigor em matéria de licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização e de obras particulares não tem conseguido compatibilizar as exigências de salvaguarda do interesse público com a desburocratização e a simplificação administrativa a que legitimamente aspiram os cidadãos.

Os regimes jurídicos que regem a realização destas operações urbanísticas encontram-se actualmente estabelecidos em dois diplomas legais, nem sempre coerentes entre si, e o procedimento administrativo neles desenhado é excessivamente complexo, determinando tempos de espera na obtenção de uma licença de loteamento ou de construção que ultrapassam largamente os limites do razoável.

A revisão que agora se propõe visa, assim, promover a simplificação com garantia de controlo público. Para tanto, e a par da adopção de um único diploma para regular a elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, procede-se à fusão dos regimes do licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização e de obras particulares num só diploma, pretendendo-se promover a clareza e a coerência dos regimes, evitando-se a dispersão e a duplicação desnecessária de normas legais.

De entre as inovações introduzidas neste diploma, salienta-se que baseia a distinção das diferentes formas de procedimento não apenas na densidade de planeamento vigente na área de realização da operação urbanística, mas também no tipo de operação a realizar.

Assim, quando os parâmetros urbanísticos

de uma pretensão já se encontram definidos em plano (ou em anterior acto da administração), o tradicional procedimento de licenciamento é substituído por um procedimento simplificado de autorização ou por um procedimento de mera comunicação prévia, que se caracteriza pela dispensa de consultas a entidades estranhas ao município, bem como de apreciação dos projectos de arquitectura e das especialidades. Em matéria de utilização e conservação do edificado, obtém-se um ganho de sistematização e de articulação das normas respeitantes às tradicionais atribuições municipais de polícia das edificações com as relativas aos seus poderes de tutela da legalidade urbanística.

Quanto a garantias, altera-se a função do deferimento tácito nas operações urbanísticas sujeitas a licenciamento, sem que daí advinha qualquer prejuízo para os direitos dos particulares.

Finalmente, estabelece-se um novo regime das taxas urbanísticas devidas pela realização de operações urbanísticas, no sentido de terminar com a polémica sobre se no licenciamento de obras particulares pode ou não ser cobrada a taxa pela realização, manutenção e reforço das infra-estruturas urbanísticas actualmente prevista no artigo 19º alínea a) da Lei das Finanças Locais, clarificando-se que a realização daquelas obras estará sujeita ao pagamento da aludida taxa, sempre que pela sua natureza impliquem um acréscimo dos encargos públicos de realização, manutenção e reforço das infra-estruturas e serviços gerais do município equivalente ou até mesmo superior ao que resulta do licenciamento de uma operação de loteamento urbano.

PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão, manifestou, no dia 15, em Coimbra, a disponibilidade do governo para apoiar a Associação Nacional dos Aposentados da PSP, atendendo ao papel que pode desempenhar entre os polícias reformados e na sociedade em geral.



O governante transmitiu aos aposentados da PSP o «respeito e consideração» do Executivo socialista por aqueles que foram polícias no «momento mais difícil» da história do País.

Luís Parreirão intervinha perante centenas de antigos elementos da corporação, ao presidir a uma cerimónia comemorativa do 15º aniversário da Associação Nacional dos Aposentados da PSP, que decorreu no salão da Igreja de São José. Parreirão sublinhou que a maioria dos presentes serviu o Estado, durante cerca de 30 anos, «num momento mais difícil para a polícia», que coincidiu com a «transição da ditadura para o regime democrático». «Hoje não é exactamente o mesmo tempo», afirmou, lembrando que os efectivos da PSP beneficiam, com a democracia, de alterações ao quadro legislativo em que exercem a sua função. O secretário de Estado acrescentou que a nova Lei Orgânica da PSP, a lei sindical e o novo estatuto do pessoal representam uma mudança com importantes reflexos na profissão e na actividade policial.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, participou, no dia 14, na Maia, num colóquio subordinado ao tema «Futebol e política: mistura explosiva».



Fausto Correia, ex-presidente da Académica de Coimbra, integrou o lote de prelectores juntamente com Valentim Loureiro, Gilberto Madail, Avelino Ferreira Torres, Henrique Calisto e Pedro Santana Lopes, entre outros.

«Futebol e política: mistura explosiva» é o terceiro colóquio promovido pela Câmara da Maia ao abrigo do programa «Noites Quentes do Desporto», que principiou com uma sessão dedicada ao tema «As novas sociedades desportivas - modelo fracassado ou com futuro».

«Arbitragem - que futuro» foi o tema da segunda sessão, que contou com a presença do director executivo da Liga de Clubes, José Guilherme Aguiar, o presidente do Conselho de Arbitragem da FPF, Pinto de Sousa, e de árbitros internacionais.

AMBIENTE E JUVENTUDE

O secretário de Estado do Ambiente, José Guerreiro, congratulou-se, no dia 13, pelo facto de cada vez mais os jovens portugueses se interessarem pelas questões ambientais, situação que se reflecte nos cerca de 180 mil envolvidos em projectos de educação ambiental.



«Em 1995 havia cerca de 20 mil crianças nas escolas em projectos de educação ambiental e hoje esse numero ascende aos 180 mil», disse José Guerreiro, que falava, em Faro, durante a abertura oficial do «Maio Jovem», uma iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude, este ano dedicada ao tema do ambiente.

O governante revelou ainda que actualmente existem em Portugal cerca de 1 200 estabelecimentos de ensino com programas de educação ambiental, em contraponto com as escassas duas centenas de escolas que se dedicavam a temática em 1995. O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, que presidiu à cerimónia, sublinhou o «grande envolvimento» dos algarvios mais novos na iniciativa, considerando que a mesma é demonstrativa do empenhamento da juventude portuguesa nas acções que lhes são dirigidas.

E isto porque, segundo disse, o associativismo juvenil «é um espaço importante de afirmação daquilo a que se pode chamar a cidadania juvenil».

A oitava edição do «Maio Jovem», que arrancou, na passada quinta-feira, em Faro, dedicada ao Ambiente, vai percorrer todos os 16 concelhos do distrito, através de acções culturais e lúdicas que envolvem largas centenas de jovens.

CULTURA

Manuel Maria Carrilho defendeu, no dia 13, em Setúbal, a necessidade do Ministério da Cultura continuar a investir em novos equipamentos culturais como forma de ultrapassar as limitações do mercado português naquele domínio.



O ministro da Cultura reconheceu que muitas associações e muitas companhias de teatro não conseguiriam sobreviver sem os apoios do Estado.

«É no domínio dos equipamentos culturais que temos de ter uma acção continuada, porque sem eles não pode haver uma política cultural», afirmou, reforçando a convicção de que os apoios do ministério são necessários para compensar a exiguidade do mercado nacional.

Manuel Maria Carrilho falava na cerimónia de apresentação do projecto do novo edifício do Arquivo Distrital de Setúbal, um empreendimento que vai custar cerca de 540 mil contos.

O novo Arquivo Distrital de Setúbal, que será construído junto ao novo edifício da Escola Profissional, entre a Escola Secundária D. Manuel Martins e o Instituto Politécnico, dispõe de «uma área de tratamento da documentação (higienização, preservação, reformatação, desinfectação, trabalho e condicionamento), e quatro pisos destinados a depósitos com capacidade para cerca de 12 900 metros de documentação».

DEFESA

O secretário de Estado da Defesa, José Penedos, anunciou, no dia 15, em Lisboa, que até ao fim do ano haverá um quadro legal que regule o atendimento psicológico ao stress pós-traumático dos antigos combatentes.



José Penedos afirmou que «juridicamente, foi dado um primeiro passo com a aprovação do projecto de lei na Assembleia da República sobre o stress pós-traumático». O governante destacou ainda um projecto de lei aprovado no último Conselho de Ministros, que prevê a atribuição de pensões a militares que sofreram acidentes a caminho das suas unidades e não em combate.

O secretário de Estado falava na cerimónia de homenagem aos militares falecidos, promovida pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas, nas comemorações dos seus 25 anos.

Em relação à aquisição de novos equipamentos para as forças armadas em sistema de aluguer de longa duração, o governante disse que permite cumprir a «obrigação das Forças Armadas de se reequipar», mesmo quando «não há dinheiro fresco».

«Isto é feito em todo o mundo, em países mais ricos que Portugal», referiu, acrescentando: «queremos as Forças Armadas prontas a desempenhar as missões que a Constituição lhe atribui».

DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, disse na passada quinta-feira, dia 13, em Vila Real, que o Governo «investiu mais de um milhão de contos nos últimos três anos no distrito em infra-estruturas desportivas».



Segundo Miranda Calha, o Executivo socialista tem apostado na «criação de melhores condições de vida, mais qualidade de vida e acesso a participação desportiva por parte dos jovens e das famílias para terem, não só o seu espaço de ocupação de tempos livres, mas também a sua formação a nível desportivo».

O secretário de Estado do Desporto falava após ter assinado na quinta-feira, um contrato-programa com a Câmara de Montalegre, mediante o qual o Estado comparticipa com 24 560 contos a construção da piscina coberta municipal, cujo orçamento global atinge 163 750 contos.

Na cerimónia de assinatura do protocolo, que decorreu no Governo Civil de Vila Real, Miranda Calha impôs a medalha de Bons Serviços Desportivos a José Alves Areias que «ao longo de 50 anos se evidenciou como desportista e pioneiro na divulgação de várias modalidades».

Joaquim Ferreira Teles recebeu a mesma distinção, pelo «trabalho desenvolvido ao

PELO PAÍS

Governação Aberta

longo de 40 anos em favor do futebol e da arbitragem», assim como Mário Rui Presa, a título póstumo, pelos «serviços prestados à causa do desporto e a dedicação de grande parte da sua vida ao serviço do Sport Clube de Vila Real».

ECONOMIA

O ministro da Economia, Pina Moura, defendeu, no dia 13, em Braga, a necessidade de um consenso entre os maiores partidos portugueses para concluir, na próxima legislatura, as reformas estruturais, nomeadamente no domínio fiscal.



«Fala-se muito de reforma fiscal, mas a verdade é que se trata de um aprofundamento da reforma fiscal no sentido do alargamento da base tributária, pois não será possível fazer reduções fiscais às empresas e aos cidadãos se continuarem a existir níveis elevados de evasão», sublinhou, lembrando que a fuga ao fisco distorce a concorrência e gera injustiças.

O governante falava durante a sessão de tomada de posse dos novos corpos sociais da Associação Industrial do Minho (AIMinho), realizada, quinta-feira passada, na sede da instituição, em Braga.

Os corpos sociais serão presididos no próximo biénio por António Santos, presidente da Assembleia Geral, por António Marques, que lidera o Conselho Fiscal, e por José Manuel Capa Pereira, que preside à Direcção.

Na opinião de Pina Moura, «seja qual for o resultado das eleições, as realidades do euro e da globalização vão obrigar o País a acelerar as mudanças que já estão a ser feitas no domínio macro-económico de modo a tornar Portugal mais moderno e competitivo».

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou, no dia 13, em Lisboa, que a NATO «continua a não estar vocacionada para ter um mandato à escala mundial» e sublinhou que o bom-senso marcou a revisão do conceito estratégico da Aliança face à intervenção na Jugoslávia.

Jaime Gama, que abriu, na passada quinta-feira, o debate parlamentar requerido pelo PCP sobre a alteração do conceito estratégico da NATO, concordou que alguns aliados defenderam uma área de actuação mais vasta para a organização, mas logo acrescentou que «o bom senso e os termos do próprio Tratado de Washington acabaram por prevalecer».

De acordo com o governante, os *out-of-area* de actuação da NATO «têm por limites naturais as regiões circundantes da Europa e da Bacia do Mediterrâneo».



«Esta demarcação - sempre flexível, sempre decidida consensualmente em função de cada caso concreto - obedece ao espírito que presidiu ao lançamento da "Parceria para a Paz" e do Conselho de Parceria Luso-Atlântico», salientou.

Jaime Gama recordou que, com o actual conceito, onde antes se falava em «espaço transatlântico, hoje escreve-se "região euroatlântica"».

Além disso, o ministro dos Negócios Estrangeiros lembrou que Portugal «viu as suas pretensões serem aceites» relativamente à «articulação devida entre a NATO e a Carta das Nações Unidas», no «respeito pelas exigências constitucionais de cada aliado» e ainda quanto ao «diálogo mediterrânico».

SAÚDE E PLANEAMENTO

Os ministros da Saúde, Maria de Belém, e do Planeamento, João Cravinho, confirmaram no dia 15, o apoio político do Governo ao projecto «Coimbra, capital da saúde», mas advertiram que só a sociedade civil pode garantir a sua concretização.

Os governantes intervinham, em Coimbra, no encerramento da sessão de apresentação do relatório intercalar de diagnóstico do estudo de desenvolvimento estratégico, encomendado pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) à empresa Arthur Andersen.

Para Maria de Belém, «não faz sentido pensar em Coimbra como capital da saúde, pensando apenas em Coimbra». Assim, a ministra defendeu o projecto da CCRC como meio de desenvolver «toda uma região com potencialidades», envolvendo outras cidades, designadamente Covilhã, Aveiro, devido à importância do seu Polo Tecnológico.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues e o seu homólogo de Cabo Verde, Orlanda Ferreira, assinaram, na passada quinta-feira, dia 13, em Lisboa o acordo para homologação do Programa de Co-Operação para o triénio 1999/2001.

Com uma dotação de 960 mil contos, o programa visa o reforço dos serviços de emprego, formação profissional e um centro de emprego no arquipélago, designadamente

em Santa Catarina e a operacionalização de dois centros de formação em Pedra Badejo e na Variante, tudo na Ilha de Santiago.



O programa incide igualmente na Protecção Social nos PALOP-PROSOCIAL (em articulação com a Organização Internacional do Trabalho), nomeadamente na segurança social e reorganização do Instituto Cabo-verdiano de Menores, mormente na gestão de equipamento para crianças e jovens em risco e num lar para idosos, em Santiago. Na ocasião, o ministro Ferro Rodrigues reportou-se à cooperação como uma «prioridade fundamental» da política portuguesa nos últimos dois anos, em que «os próprios ministérios passaram a estar articulados».

No caso de Cabo Verde, a cooperação é «excelente, com passos concretos», desde a visita do ministro português em Setembro passado ao arquipélago, quando então «se abriram as portas» para este protocolo recentemente homologado.

O ministro português enalteceu a forma como as entidades cabo-verdianas soube-

ram potencializar certas verbas, conforme verificou aquando da sua visita ao arquipélago, em Setembro.

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, afirmou, no dia 13, em Paredes de Coura, que o País recebeu, em 1998, 27 milhões de estrangeiros, um «numero significativo» que resultou numa receita de cerca de 1,250 milhões de contos (6,25 milhões de euros).

Dos 27 milhões de visitantes, segundo Vítor Neto, 16 milhões foram excursionistas e 11,2 milhões turistas, que permaneceram no País durante sete dias, o que significa que houve cerca de 80 milhões de dormidas e que, divididas pelo número de dias do ano, corresponde a uma cidade permanente de 200 mil habitantes.

O maior número de estrangeiros provem, de acordo com aquele responsável governamental, da vizinha Espanha (cerca de 20 milhões todos os anos), o que, no seu entender, «da origem a uma actividade económica muito importante».

Vítor Neto falava na inauguração do Itinerário Românico da Ribeira Minho, que começa na Igreja Matriz de Viana do Castelo e segue pela Capela de São Pedro de Varais (Vile), em Caminha, Igrejas de São Salvador de Ganfei e Sanfins de Friestas, em Valença, e a Matriz de Monção e a Igreja de São João de Longos Vales.

O programa propõe dar a conhecer a região através da visita a 11 monumentos de arte românica, cuja recuperação implicou um investimento na ordem dos 150 mil contos (750 mil euros), financiados pelo Fundo de Turismo.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 12 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre a realização dos censos 2001;
- Uma proposta de lei que estabelece o quadro de competências assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias;
- Uma proposta de lei que autoriza o Executivo a legislar, no âmbito do desenvolvimento da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, em matéria de atribuições das autarquias locais no que respeita ao regime de licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização e de obras particulares;
- Uma resolução que regulamenta a terceira fase do processo de privatização do capital social da Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA.
- Uma proposta de lei que dá uma nova redacção ao artigo 5º do Estatuto do Mecenato;
- Um diploma que altera o decreto-lei que criou o Procom - Programa de Apoio à Modernização do Comércio;
- Uma resolução que altera o Regulamento de Execução do Programa de Apoio à Modernização do Comércio (Procom);
- Um decreto-lei que permite a contagem, para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, a requerimento dos interessados, do tempo correspondente ao serviço prestado por funcionários e agentes da ex-Administração Ultramarina nos novos Estados, entre a data da independência e 31 de Dezembro de 1977;
- Um decreto-lei que regula a dissecação de cadáveres e extracção de peças, tecidos ou órgãos para fins de ensino e de investigação científica;
- Um decreto-lei que cria condições que possibilitam a conclusão do processo de liquidação e consequente extinção da sociedade por quotas, de capitais públicos, Auto-Marinhense - Sociedade Portuguesa do Comércio e Reparação de Automóveis, Lda;
- Um decreto-lei que cria condições que possibilitam a conclusão do processo de liquidação e consequente extinção da sociedade anónima de capitais públicos Ultrana - Sociedade Portuguesa de Comércio de Automóveis, SA.

CARTAZ

25 ABRIL

25 ANOS



300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché
500\$00 MAIS PORTES DE CORREIO

Pretendo receber, na morada indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque Vale Correio No valor de 750\$00
Inclui custos de envio

Nome _____
 Morada _____
 Cod. Postal _____
 Telefone _____ Morada ou assinatura
 Telex _____

Por favor destacar este cupão e enviar para a seguinte morada:
Acção Socialista Avenida das Descobertas 17 1400 Lisboa

Se deseja, poderá utilizar o seguinte email: acao.socialista@partido-socialista.pt

DESTAQUE – CM

Censos 2001

CONHECER A NOVA FACE PORTUGUESA



O Governo tem já luz verde para legislar sobre a realização dos censos no ano 2001.

A decisão foi tomada, na passada quinta-feira, dia 12, em Lisboa, durante a reunião do Conselho de Ministros. A proposta de lei analisada pelos ministros permite estabelecer o regime de elaboração, aprovação e execução do XIV Recenseamento Geral da População, bem como do IV Recenseamento Geral da Habitação, a realizar em todo o território nacional daqui a dois anos.

Desde 1890 que têm vindo a realizar-se, em Portugal, recenseamentos da população, com periodicidade decenal. A partir de 1970 passaram a realizar-se, em simultâneo, os recenseamentos da habitação, estando hoje adoptada a identificação conjunta dessas duas operações pela designação abreviada de «censos», seguida do ano da sua realização.

Os censos têm como objectivo a contagem do parque habitacional e tipificação das condições de habitabilidade do mesmo, no que respeita às famílias.

Os resultados dos censos de 1991 e as estimativas intercensitárias que entretanto têm vindo a fazer-se, têm permitido confirmar a percepção de que a demografia e as condições de habitação são, no nosso país, realidades em mutação a um ritmo susceptível de influenciar visivelmente as projecções de médio e longo prazo, sendo o exemplo mais expressivo a possível inversão da tendência evolutiva da natalidade, recentemente iniciada.

Um conhecimento rigoroso e fundamentado sobre as características estruturais da realidade portuguesa revela-se imprescindível à generalidade dos utilizadores e, em especial, à governação em domínios muito diversos, que vão do ensino pré-escolar às políticas relativas aos idosos, passando pelo emprego e formação profissional, pela segurança social e saúde, pelas políticas de habitação e de transportes.

Estas circunstâncias levam a atribuir uma importância crucial e específica aos censos 2001, potenciando a exigência, que sempre ocorre, de valorizar ao máximo operações estatísticas exaustivas e de periodicidade alargada, como é o caso dos recenseamentos.

Pela idoneidade técnica das operações respondem, em primeira linha, os órgãos do Sistema Estatístico Nacional (SEN), isto é, o Instituto Nacional de Estatística sob a orientação do Conselho Superior de Estatística, no qual se constituiu uma Secção eventual expressamente para esse fim.

Assim, é no SEN que se encontram os saberes e a representação das necessidades dos utilizadores, indispensáveis à garantia da idoneidade técnica.

Pela eficácia operacional são responsabilizadas as autarquias, câmaras municipais e juntas de freguesia. Isto porque sem o empenhado concurso dessas entidades e os seus responsáveis, que conhecem, melhor do que ninguém, os territórios da sua jurisdição e o seu povoamento, a execução eficaz das operações de recolha ficaria irremediavelmente comprometida.

EUROPEIAS

Eleições

PE LANÇA CAMPANHA DE APELO À PARTICIPAÇÃO

O Parlamento Europeu (PE), em colaboração com as entidades portuguesas ligadas a processos eleitorais, está a realizar desde o dia 10 uma série de iniciativas tendentes a evitar a elevada taxa de abstenção registada nas europeias de 1994. A utilização da rede Multibanco, com anúncios a apelar ao voto, bem como «placards» nos autocarros e «spots» publicitários nas rádios, televisões e imprensa escrita são as iniciativas do PE já em curso desde o dia 10 e que visam sensibilizar os cidadãos para a importância da votação de 13 de Junho próximo.

O humor dos bonecos do «Contra-Informação» será também utilizado na campanha televisiva em «spots» de 30 segundos, como forma de apelo ao voto numas eleições que decorrerão no último dia de um fim-de-semana prolongado.

O PE utilizará ainda um painel de informação existente no Viaduto Duarte Pacheco, em Lisboa.

Além do PE, a iniciativa conta com a colaboração da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), Comissão Europeia (CE) e Ministério da Administração Interna (MAI), tentando evitar que se repita a alta taxa de abstenção registada em 1994, cerca de 65 por cento, a mais alta da União Europeia.

Em declarações à Comunicação Social, Paulo Sande, do Gabinete do PE, lembrou que o lema desta campanha «A Sua Voz



na Europa» é comum aos 15 Estados-membros da UE e que visa essencialmente informar o grande público da importância do acto eleitoral.

João Azevedo, da CNE, indicou, que a entidade que representa vai igualmente lançar uma série de iniciativas com o mesmo objectivo, destacando a campanha de informação que será feita de 10 a 13 de Junho.

«Temos um "spot" televisivo e lançaremos

ainda uma campanha, entre 10 e 13 de Junho, para informar os eleitores», disse. Adiantou ainda que a CNE disponibilizará, como de costume, um Gabinete Jurídico para atender telefonicamente os eleitores, quer durante a campanha eleitoral (31 de Maio a 11 de Junho) quer no dia da votação.

«Site» na Internet

Por seu lado, Jorge Miguéis, do STAPE, lembrou que a limpeza dos cadernos eleitorais, efectuada em colaboração com o MAI, em 1998, vai permitir determinar a taxa de participação «de uma forma mais real», não significando isso que haja maior ou menos abstenção.

O PE, que tem já um «site» na rede da Internet, WWW.EUROPARL.EU.INT, ELECTION desenvolve desde Janeiro deste ano uma série de outras iniciativas visando não só o apelo ao voto mas também informar sobre a importância do Parlamento Europeu.

ANGOLA

ONU

CONSELHO DE SEGURANÇA REITERA CRÍTICAS À UNITA

A UNITA continua a ser alvo de fortes críticas da comunidade internacional. Enquanto isto, o povo de Angola agoniza e os senhores da guerra não desarmam.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou no dia 7 de Maio a proposta de resolução para Angola, apresentada pelo Canadá, Portugal, Rússia e EUA, em que «reitera como principal causa para crise a recusa da UNITA em cumprir os Acordos de Paz». O Conselho de Segurança reafirma as várias resoluções aprovadas desde Maio de 1991 até 12 de Junho de 1998, bem como a de 26 de Fevereiro de 1999.

O Conselho expressou a sua preocupação pelos efeitos humanitários da presente crise na população civil de Angola, tendo

posto ênfase relativamente às notícias sobre violações às medidas sobre tráfego de armas, petróleo e diamantes, impostas à UNITA, contidas nas resoluções de 1993, 1997 e 1998.

A resolução, aprovada por 15 membros do Conselho, pede ao Governo de Luanda o acesso livre e a sua cooperação nas investigações a levar a efeito por comissões de especialistas para falarem com as pessoas envolvidas, e garantir a segurança da equipa.

O Conselho tem repetidamente atribuído as culpas à UNITA por sabotar o acordo de paz de 1994, após 20 anos de guerra civil, aprovando assim de novo a resolução de 7 de Maio.

GRÃ-BRETANHA

Herança Thatcher

NÚMERO DE POBRES TRIPLICOU NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

A terrível herança do reinado conservador de Margaret Thatcher, velha amiga do ditador Augusto Pinochet (acusado de crimes contra a humanidade), com quem agora toma «five o'clock tees» em Londres, continua a fazer-se sentir na Grã-Bretanha. A política neoliberal implementada pela senhora Thatcher lançou na miséria doze milhões de súbditos de Sua Majestade, quatro dos quais são crianças, segundo um relatório do Ministério das Finanças. Defensora intransigente das virtudes do mercado, rejeitando qualquer tipo de intervenção do Estado na economia, Thatcher, entre outras diatribes, retirou vários subsídios aos estratos mais carenciados da população, baixou os impostos das classes mais ricas, privatizou vários sectores da economia. A antiga inquilina do nº10 de Downing Street deixou um quarto da população na miséria, tendo triplicado durante a sua era o número de pobres, ao mesmo tempo que se agravavam de uma forma chocante as desigualdades.

Entretanto, os adolescentes britânicos estão a ser uma das principais vítimas do agravamento das desigualdades sociais e das deficiências do sistema educativo, com uma taxa recorde na Europa de doenças sexualmente transmissíveis, abortos, toxicomania e alcoolismo.

Segundo um estudo realizado pelos institutos de saúde pública inglesa e gaulesa publicado no dia 14, que está a agitar Governo e opinião pública, este quadro negro que se abateu sobre a juventude britânica não parou de aumentar nos últimos anos. Uma situação dramática, a exigir uma resposta urgente do Governo de Tony Blair, ou seja, uma resposta que, para ser eficaz e duradoura, terá de ser encontrada nos valores da esquerda.

Ou seja, só reformas profundas e socializantes poderão efectivamente dar resposta aos graves problemas de uma juventude deixada às mãos da sociedade de mercado idealizada pela senhora Thatcher.

J. C. C. B.



DEPUTADO EDUARDO PEREIRA

NATO

NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO



«A identidade europeia e de defesa continua prisioneira da força das identidades nacionais e dos desejos de preservar as respectivas soberanias.»

A afirmação foi feita pelo deputado socialista Eduardo Pereira, no passado dia 13, na Assembleia da República aquando da discussão plenária sobre a alteração do conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

Para o parlamentar do PS, «esta identidade deverá dar garantias de que o processo de integração de defesa europeia se manterá compatível com a existência de um sistema de segurança transatlântico». Defendendo que a presença de forças convencionais e nucleares dos Estados Unidos da América na Europa continua a ser essencial para a segurança dos países aliados, Eduardo Pereira lembrou que o panorama internacional sofreu, nos passado recente, alterações profundas que coloca novos desafios.

«A Rússia deixou de ser considerada o inimigo», pelo que deverá ter «um papel preponderante» na segurança euro-atlântica. «A NATO e a Rússia comprometeram-se a desenvolver as suas relações na base do interesse comum, da reciprocidade e da transparência, com vista a estabelecer na região euro-atlântica uma paz durável e



aberta a todos, em democracia e com segurança cooperativa», referiu. O Pacto de Varsóvia desapareceu, o perigo da agressão convencional de grande envergadura dirigida a um dos países da Aliança é considerada improvável, as armas das superpotências já não estão apontadas para qualquer país e a NATO

reafirma o seu empenho nos esforços de redução de armamento nuclear, mas, a instabilidade e a violência ganharam novos e assustadores contornos. «Existe o perigo de actos de terrorismo, de sabotagem, de mafias do crime organizado contra aprovisionamento, fontes de energia de abastecimento e de energia vi-

tais», lembrou Eduardo Pereira sem esquecer referir as dificuldades económicas, políticas e sociais que provocam, nos países euro-atlânticos, a instabilidade, o sofrimento humano e os conflitos armados.

Perante este cenário e face aos novos desafios que se colocam neste fim de milénio, o deputado do GP/PS disse que «a NATO considera dever estar preparada para se defender de todos os riscos».

«O Tratado do Atlântico Norte não impõe nenhuma restrição formal quanto à utilização do quadro cooperativo para fazer face a estas ameaças, pelo que, mudada a natureza das forças e das armas, não existem restrições de ordem geográfica quanto ao teatro de intervenção», explicou.

A actuação da NATO poderá acontecer, igualmente, por solicitação das Nações Unidas, da OSCE ou, na impossibilidade de se conseguir o conveniente mandato, por decisão dos países membros, com análise caso a caso. Porém, «sempre será levada em consideração a não participação dos Estados que, para o efeito, invoquem disposições constitucionais imperativas».

No final da sua intervenção, Eduardo Pereira destacou o facto de que no novo conceito estratégico da NATO estar previsto «um papel acrescentado para a Europa, num quadro de parceria».

Mary Rodrigues

DEPUTADO NÉLSON BALTAZAR

Saúde

O DOENTE NO CENTRO DO SISTEMA



«Sabemos que é necessário gerir muito bem os recursos existentes produzindo mais com o mesmo dinheiro, sabemos que é importante

defender a qualidade dos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e pelos seus convenionados, que é importante acima de tudo proporcionar acessibilidade, equidade e qualidade nos cuidados de saúde aos portugueses, sabemos que queremos o doente no centro do sistema, para que possa retornar à sociedade saudável e possuidor de todas as suas capacidades de cidadania.» As palavras são do deputado socialista Nelson Baltazar, na intervenção que efectuou no dia 6, na Assembleia da República.

Nelson Baltazar falava durante a discussão de três projectos de lei do PCP de alteração da Lei-Quadro da Administração e Gestão Democrática dos Centros de Saúde, Hospitais e Sistemas Locais de Saúde do Serviço Nacional de Saúde.

Ao longo da sua intervenção, o deputado socialista procurou enquadrar o tema dos sistemas de gestão, em particular para os hospitais, centros de saúde e sistemas locais de saúde, tecendo bastantes críticas a algumas das propostas

avanzadas pelo PCP. Segundo Nelson Baltazar, a legislação em apreço «é em muitos casos redutora, retirando alguma flexibilidade que a actual ainda possui», sendo ainda «impeditiva de novos modelos, como é o exemplo típico do regime de pessoal que se quer unicamente de emprego público, integrado nas respectivas carreiras e fazendo parte do quadro de cada instituição».

O deputado do PS referiu ainda que a legislação em discussão «põe em causa algumas experiências de gestão que estão implementadas, não havendo ainda tempo para uma adequada avaliação».

Novas experiências de gestão

Por isso, adiantou, «não concordamos que se possa através desta lei cercar pela raiz este tipo de experiências, que poderão demonstrar serem mais ágeis, mais capazes de responder às solicitações da população, sem ofender os princípios essenciais do estatuto do SNS, consagrado constitucionalmente».

Nelson Baltazar propôs ainda que «o PCP acompanhe e avalie, com a atenção que se lhe reconhece ser habitual, os resultados das novas experiências de gestão que se estão a efectuar».

J. C. C. B.

DEPUTADO CARLOS LUÍS

Nota à Imprensa

DESMENTIDO SOBRE UM ALEGADO ENCONTRO COM A UNITA



Numa nota à Imprensa, o deputado do PS Carlos Luís desmentiu categoricamente notícias veiculadas na Comunicação Social, segundo as quais

uma delegação da UNITA, organização que tem sido alvo de constantes críticas de toda a comunidade internacional, em particular da ONU, teria sido recebida no Parlamento.

«Não foi recebido neste Grupo Parlamentar qualquer pedido de audiência por parte da UNITA, o que, a acontecer, seria imediatamente inviabilizado no quadro da aplicação das sanções decididas pela ONU. Neste sentido, quero afirmar que apenas me limitei a receber, a título pessoal, o cidadão português, Carlos Morgado», refere um comunicado do Gabinete de Imprensa do GP/PS.

JUVENTUDE

Serviço Militar

OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA CONSENSUAL

A proposta de lei governamental de alteração ao diploma que regula a Objecção de Consciência ao cumprimento do serviço militar suscitou, no passado dia 14, no Parlamento, o consenso genérico da oposição. Segundo o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, «a letra» do documento «não é tão feliz como o espírito» com que foi redigido, pelo que «há condições para

ser melhorado na especialidade». Miguel Fontes adiantou que, desde 1992 até hoje, foram concedidos 3 479 estatutos de objecção de consciência. Deste total, 866 objectores prestaram serviço cívico e 1 095 aguardam colocação.

A principal alteração a introduzir na lei é a passagem à reserva dos objectores que estejam um ano sem colocação no serviço cívico.

DEPUTADA MAFALDA TRONCHO

Maternidade e paternidade

REFORÇO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES(AS)



A deputada socialista Mafalda Troncho afirmou no Parlamento que a proposta de lei do Governo que introduz alterações na protecção da maternidade e da paternidade é uma iniciativa legislativa «globalmente positiva e meritória, cujo objectivo último é o reforço dos direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e dos próprios filhos e adoptantes». Para Mafalda Troncho, o diploma governamental, que corresponde a uma «legítima expectativa» dos trabalhadores portugueses e das suas organizações representativas, «tem subjacente a necessidade de alterar o quadro legal da protecção da maternidade e da paternidade, no sentido da sua melhoria efectiva, sendo certo que da sua aprovação beneficiarão milhares de trabalhadores e trabalhadoras, que verão o seu direito à maternidade e paternidade e ao emprego mais reforçados e valorizados». Recordando que no seu programa eleitoral o PS assumiu com os portugueses o compromisso de promover iniciativas visando a compatibilização da vida familiar e dos tempos livres com a actividade profissional, Mafalda Troncho realçou que neste contexto o Governo da Nova Maioria «tem vindo ao longo da presente legislatura a adoptar medidas, designadamente no sentido do reforço da protecção que deve assistir às trabalhadoras, aos trabalhadores e às crianças».

Igualdade de oportunidades

Entre as alterações preconizadas pelo diploma do Governo, a deputada do PS destacou, entre outras, o aumento da duração



da licença por adopção de menor (para cem dias) até 15 anos de idade, nos mesmos termos da licença por maternidade e paternidade; o reconhecimento ao pai e à mãe trabalhadores do direito de faltarem ao trabalho, a denominada licença parental, durante três meses para prestarem assistência ao filho ou adoptado até seis anos de idade ou, em alternativa, poderem trabalhar a tempo parcial durante seis meses; e a clarificação do regime aplicável ao despedimento de grávidas, puérperas e lactantes, reforçando o carácter obrigatório do parecer prévio da entidade competente na área da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO AIRES DE CARVALHO

Requerimento

CURSO DE TÉCNICOS E CONSELHEIROS DE CONSUMO



O Curso de Técnicos e Conselheiros de Consumo esteve na origem de um requerimento do deputado socialista Aires de Carvalho.

No documento, o parlamentar socialista lembra que se se está ainda longe de ser significativa a instalação dos Centros de Informação Autárquica ao Consumidor (CIAC's), mais grave é a constatação da escassez de meios disponíveis, bem como a falta de formação para o pessoal.

E a grande verdade, segundo Aires de Carvalho, «é que a formação dos funcionários das autarquias em matérias como esta, tem estado até agora entregue, quase exclusivamente, à carolice dos mesmos. E isso é pouco. Há necessidade no futuro

de percorrermos caminhos diferentes e com passos determinados». Assim, sublinha, «a formação dos funcionários dos CIAC's surge como um passo que não pode por mais tempo ser adiado». Por outro lado, «continua a existir a necessidade imperiosa de se proceder à consagração no quadro de pessoal das autarquias da carreira de técnico e de conselheiro de consumo».

Neste contexto, o deputado do PS solicita ao ministro adjunto do primeiro-ministro a seguinte informação: «Qual é hoje o ponto de situação sobre esta matéria, designadamente sobre a realização de cursos de formação para técnicos e conselheiros de consumo, bem como a consagração destas carreiras no quadro de pessoal das autarquias?».

J. C. C. B.

DEPUTADO ACÁCIO BARREIROS

Ambiente: debate de urgência

EM DESESPERO DE CAUSA...



Não teve qualquer razão de ser o debate de urgência requerido pela bancada laranja a propósito do ambiente e da lei 20/99 sobre tratamento de resíduos tóxicos. A conclusão foi tirada pelo deputado socialista Acácio Barreiros, no dia 12, na Assembleia da República. O parlamentar do PS considerou que o PSD, «no desespero de ver aproximar-se o seu último Congresso sem se lhe ocorrer nenhuma questão concreta para criticar o Governo», acrescentando que «não fez mais do que dar continuidade ao triste papel de oposição irresponsável que tem prosseguido nestes últimos quatro anos». «Mas desta vez o PSD excedeu-se», denunciou Acácio Barreiros, referindo-se às «gravíssimas acusações» que a bancada laranja fez ao Executivo socialista de desrespeito pelo Parlamento, obrigando o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, a fazer um despacho para esclarecer se as acusações eram ou não fundadas.

«A qualidade do duto parecer do senhor presidente da Assembleia da República dispensa-me de qualquer comentário adicional e teria permitido ao PSD, se ainda lhe restasse algum decoro, a oportunidade de desistir deste debate», disse Acácio Barreiros, acrescentando que, em vez desse gesto de bom senso o partido laranja «preferiu fugir em frente e chegou mesmo ao ponto de fazer sair um papelucho a

contestar o despacho».

Classificando o desespero como mau conselho, o deputado do GP/PS frisou que o debate de urgência sobre o ambiente em geral e sobre a lei 20/99 em particular saldou-se numa «atordoada» e num «conjunto de insultos e calúnias».

«Final, de que é que o PSD se queixa? Será da independência da Comissão Científica? Será que o PSD está incomodado por nessa comissão o Governo só ter um elemento em seis? Ou será que o PSD critica a independência financeiro e o carácter vinculativo da decisão da comissão? Não me digam que depois de tudo o que se passou o PSD pretende que as câmaras de Leiria e Coimbra sejam marginalizadas, em vez de terem uma palavra decisiva em todo esse processo», questionou. Concluindo que o partido laranja não sabe verdadeiramente o que quer e que por isso esbraceja para fazer o maior ruído e evitar a tomada de decisões, Acácio Barreiros sublinhou que «os problemas dos portugueses, no que se refere ao tema em questão, é algo que ninguém pode ignorar e que se resume na realidade dramática de que, por cada mês de atraso na tomada de uma decisão, acumula-se no País mais dez mil toneladas de resíduos industriais perigosos».

«Os portugueses sabem quem são aqueles que tudo têm feito para resolver o problema e quem são aqueles que tudo têm feito para agravar», terminou.

MARY RODRIGUES



VALORIZAR A ACÇÃO SOCIAL E MELHORAR A ACESSIBILIDADE DOS CIDADÃOS

O GP/PS apresentou um projecto de lei que regula o regime jurídico de abertura e transferência de farmácias.

Na exposição de motivos deste diploma extremamente progressista, os deputados socialistas referem que «com a presente iniciativa legislativa visa-se alterar o regime de abertura e transferência das farmácias que passa a pertencer à iniciativa privada, deixando ainda a concessão do alvará de estar dependente do proprietário ser licenciado em farmácia, retomando-se assim uma solução que já teve consagração legal no nosso país».

De acordo com o diploma, «as farmácias devem estar disponíveis para colaborar, gratuitamente, nas campanhas que tendem a levar à cabo programas de formação a doentes crónicos, tais como diabetes, hipertensão, tabagismo, toxicod dependência, entre outras».

Com esta regra, pretende-se «valorizar a acção social das farmácias e torná-la cla-



ramente institucionalizada».

Ao estender a propriedade dos alvarás aos hospitais públicos, Misericórdias, Mútuas com acção médico-medicamentosa e Pessoas Colectivas de Utilidade Pública Ad-

ministrativa os autores do diploma «fazem-no com a convicção de que o Estado, dessa forma, poderá introduzir normas ao combate dos gastos com medicamentos a fim de se enquadrar esta iniciativa num

plano geral da política do medicamento». Para o PS, «um Estado que pretende modernizar e inovar a rede de serviços de saúde não deve prescindir da acção das instituições de solidariedade».

O insubstituível papel regulador do Estado

Para os autores do diploma, «não será possível fazer reformas na saúde sem a participação activa das associações de solidariedade com acção médico-medicamentosa e muito em especial das Mútuas».

Segundo o GP/PS, «a reformulação de uma nova lei das farmácias, ora consubstanciada neste projecto de lei, visa uma melhoria da acessibilidade dos cidadãos aos serviços de venda dos medicamentos e ainda melhorar a qualidade, fazendo com que o Estado exerça o seu papel regulamentador e fiscalizador da mesma».

J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 20

A Assembleia da República reúne, hoje, pelas 15 horas, para um debate de urgência requerido pelo PEV sobre o tratamento de resíduos industriais na óptica da lei n.º 20/99.

Mais tarde serão discutidos dois projectos de lei do PSD e PP e três propostas governamentais.

O diploma laranja confere aos municípios o direito à detenção da maioria do capital social em empresas concessionárias da exploração e gestão de sistemas multimunicipais.

O projecto de lei «popular» altera a lei 14/96, alargando a capacidade de fiscalização do exercício da função accionista do Estado.

Quanto às três iniciativas legislativas do Executivo socialista, diga-se que a primeira altera a lei de protecção das crianças e jovens em perigo, enquanto a segunda aprova a lei tutelar e educativa e a terceira proposta de lei do Governo prevê a alteração do decreto-lei vigente em matéria de processos tutelares civis.

As votações regimentais decorrerão, como habitualmente, às 18 horas.

Sexta-feira, dia 21

Amanhã, a partir das 10 horas, os deputados farão a apreciação parlamentar de cinco diplomas, a saber:

O decreto-lei n.º 74/99, que aprova o Estatuto do Mecenato, definindo o regime de incentivos fiscais, no âmbito do mecenato social, ambiental, cultural, científico ou tecnológico e desportivo;

O decreto-lei 59/99, que aprova o novo regime jurídico nas empreitadas das obras públicas;

O decreto-lei 60/99, que cria o Instituto dos Mercados das Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), extinguindo o Conselho de Mercados das Obras Públicas e Particulares (CMOPP);

O decreto-lei 61/99, que define o acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil;

O decreto-lei 97/99, que aprova o regulamento disciplinar da Polícia Marítima.

Terça-feira, dia 25

A ordem do dia no hemiciclo de São Bento será preenchida com o agendamento potestativo requerido pelo PEV.

Quarta-feira, dia 26

Mais um agendamento potestativo, desta feita do CDS/PP, dominará os trabalhos parlamentares, a partir das 15 horas.

DEPUTADA JOVITA LADEIRA

Violência doméstica

GRITOS DO SILÊNCIO



A deputada socialista Jovita Ladeira alertou, no passado dia 12, na Assembleia da República, para a necessidade imperiosa de se «tornar efectivas as medidas que permitam reafirmar a família como espaço de dignificação pessoal e negar, um dia, a verdade da afirmação da afirmação segundo a qual a casa é um dos lugares mais perigosos da sociedade moderna».

Jovita Ladeira intervinha na sessão plenária onde foi apresentada um diploma governamental que visa a luta contra o fenómeno da violência conjugal.

«Ao apresentar a proposta de lei em discussão, o Governo instala mais uma pedra, de valor inquestionável, na edificação do sistema penal português como um sistema culturalmente adequado à realidade portuguesa», referiu, recordando de seguida que o diploma procede à regulamentação do artigo 14º da lei 61/91 de 13 de Agosto, garantindo às mulheres vítimas de violência doméstica o adiantamento por parte do estado da indemnização devida pelo agressor.

«Ainda que sejam os cidadãos do sexo feminino que mais frequentemente são vítimas de maus tratos e de violência doméstica, optou-se, e muito bem, por um alargamento deste regime e todas as vítimas de violência conjugal, espelhando-se bem a matriz humanista e social que questões desta natureza merecem», frisou.

Segundo a deputada do GP/PS, outro ponto de destaque da iniciativa legislativa do Executivo socialista é a previsão de que o Estado antecipe o pagamento devido à víti-

ma logo a partir da instauração do processo criminal.

«Esta antecipação revela-se de primordial importância na medida em que visa conceder à vítima, que na maioria dos casos é mulher, um apoio económico que contribua para que possa sair da situação de dependência relativamente ao agressor», disse. Refira-se igualmente que a proposta de lei governamental articula uma nova redacção do número 2 do artigo 152º do Código Penal, no qual, perante o crime de maus tratos ao conjuge, é permitido ao Ministério Público instaurar o respectivo procedimento criminal desde que não haja oposição do ofendido.

Segundo a deputada socialista, «estes são exemplos do adequado caminho a seguir, embora saibamos como ele é longo e espinhoso».

«Uma concepção de família, que permita que cada um dos seus membros seja responsabilizado, perante os outros, pela violação de deveres de relação que regem os valores correspondentes aos direitos humanos fundamentais, é o caminho a percorrer», reiterou convicta.

No final da sua intervenção, Jovita Ladeira concluiu que a defesa da família implica necessariamente a protecção de todos os seus membros contra toda forma de violência, exprimindo perante a câmara a sua congratulação pessoal - enquanto mulher, mãe e educadora -, pelo facto de finalmente se estar a levantar o véu sobre o fenómeno da violência doméstica e a se ouvirem os gritos do silêncio que durante anos caracterizaram as relações familiares em Portugal.

MARY RODRIGUES

É NECESSÁRIO APOSTAR MAIS NAS EMPRESAS

A inflação «está controlada», garantiu no dia 15 o primeiro-ministro, António Guterres, considerando natural que um país que cresceu tão rapidamente como Portugal tenha alguma pressão inflacionista.

«Quando discutimos a inflação às décimas é motivo para nos regozijarmos e não uma grande preocupação», afirmou António Guterres.

Acreditou que «um país cuja economia cresce rapidamente vê igualmente crescer a inflação».

«E é bom não esquecer que a economia não é só inflação», disse. António Guterres, que falava na sessão de encerramento dos Encontros de Economia de Bicesse, frisou que a «inflação está controlada» e que se prevê um abrandamento da tendência de subida de preços. O ex-ministro das Finanças do PS Vítor Constâncio partilha da mesma opinião de António Guterres, tendo defendido na sua intervenção, de apresentação das conclusões do encontro «Economia e Finanças», que um país que está num processo de convergência real e em rápido crescimento económico, como Portugal, tem necessariamente uma inflação superior à dos seus parceiros.

Riscos de sobreaquecimento

No entanto, Vítor Constâncio alertou que há riscos de criação de tensões inflacionistas e de sobreaquecimento da economia portuguesa, fenómenos a que o Governo tem de estar atento.



Vítor Constâncio afirmou ainda que Portugal tem de cumprir o Pacto de Estabilidade do défice orçamental para evitar o risco de sobreaquecimento da economia.

Tem de aplicar uma política de rigor orçamental, acompanhada de contenção no consumo público, acrescentou. O ex-governador do Banco de Portugal e ex-secretário-geral do PS defendeu igualmente a necessidade de a administração fiscal baixar a fiscalidade sobre as empresas e alargar a base tributária, medida que implicaria a alteração, mesmo que ligeira, do sigilo bancário.

Em Abril, a inflação média anual portuguesa subiu para três por cento e a homóloga para 2,8 por cento.

Ainda na sua intervenção, o primeiro-ministro, António Guterres, concluiu que é necessário passar a apostar mais nas empresas do que na macroeconomia e ultrapassar as

deficiências estruturais que separam Portugal dos países desenvolvidos da Europa. «Este é o momento de Portugal mudar de paradigma económico», afirmou o primeiro-ministro, defendendo que depois da integração de Portugal na moeda única europeia, que se realizou com o apoio numa política de estabilidade macroeconómica, é altura de apostar na microeconomia.

«Agora, é na microeconomia (empresas) que reside o essencial do desenvolvimento da política económica portuguesa», frisou António Guterres, no final da apresentação das conclusões dos sete encontros da economia de Bicesse, organizados pelo Ministério da Economia, e que reuniu reputados professores universitários para a discussão do novo perfil da economia portuguesa.

Salto qualitativo

António Guterres apontou como vector estratégico fundamental a aposta no «designio de no horizonte de uma geração» vencer o espaço que separa Portugal dos países desenvolvidos na União Europeia (UE), «através de um salto qualitativo», por forma a ultrapassar algumas deficiências estruturais, nomeadamente a «baixa produtividade média» e a «baixa qualificação média» dos portugueses.

O primeiro-ministro - que considerou as reflexões dos sete encontros da economia de Bicesse um instrumento indispensável para compreensão do País - salientou igualmente

te, como mensagem fundamental das conclusões, a necessidade de repensar economicamente o sistema jurídico, frisando que é necessário alterá-lo para o adequar à realidade económica actual.

Importância do Estado regulador

António Guterres destacou ainda a importância decisiva do papel regulador do Estado e da intervenção de agências independentes dos executivos e dos agentes económicos, como instrumentos indispensáveis para evitar situações de deficiência de mercado que travem a competitividade em circunstâncias de igualdade.

«Só é possível ter êxito numa economia global e liberalizada se se apostar na internacionalização da economia portuguesa», afirmou António Guterres, salientando que «considera que o Estado deve apoiar as empresas, mas tem de ser elas a apostar em projectos arrojados».

O primeiro-ministro defendeu igualmente a necessidade de olhar de uma nova forma o território.

«O ordenamento do território e o ambiente não devem ser vistos como um obstáculo ao desenvolvimento, mas como um factor de qualidade», disse, frisando que é preciso criar uma rede de cidades espalhadas pelo país que apostem na criação de oportunidades para fixar as populações e evitar a desertificação.

IDEÓLOGO DA TERCEIRA VIA DEFENDE ABOLIÇÃO DO CONCEITO DE REFORMA

PROGRAMAS DOTADOS COM 16 MILHÕES DE CONTOS

O ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, anunciou, no passado dia 14, no Porto, que os programas de Mercado Social de Emprego (MSE) para 1999 terão uma dotação de 16 milhões de contos (80 milhões de euros), abrangendo cerca de 60 mil pessoas.

No II Seminário Nacional sobre o MSE, que decorre na cidade Invicta, Ferro Rodrigues considerou que os objectivos deste sistema de combate ao desemprego têm vindo a ser alcançados.

O MSE «é uma demonstração de que mais vale apoiar o incentivo ao emprego do que deixar passivamente a taxa de desemprego instalar-se», afirmou.

O Mercado Social de Emprego desenvolve-se através de acções e responsabilidades partilhadas, que visam a integração de pessoas desempregadas em actividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado.

Incluem-se como actividades prioritárias deste sistema o apoio domiciliário a pessoas dependentes, apoio a infâncias, creches e jardins de infância, segurança nas escolas e

prevenção da toxicodependência, manutenção do parque florestal e prevenção de incêndios, animação turística e de tempos livres, e desenvolvimento rural e multifuncionalidade na agricultura, entre outros.

Instituído em Portugal desde 1996, o MSE abrangeu já mais de cem mil pessoas, tendo sido aplicados cerca de 35 milhões de contos (175 milhões de euros).

No âmbito deste Mercado foram criados diversos programas e medidas específicas, nomeadamente as escolas-oficinas, programas ocupacionais, empresas de inserção, emprego protegido, e despachos conjuntos e protocolos de colaboração.

Os efeitos de empregabilidade derivados do MSE têm registado uma taxa de sucesso elevada, variando no entanto de programa para programa.

O plano de acção da Comissão para o Mercado Social de Emprego para o biénio 1999-2000 prevê um reforço das actividades ligadas ao acompanhamento da acção dos interlocutores regionais, a promoção e divulgação do MSE, e as questões da empregabilidade.

Anthony Giddens não pára de surpreender. Depois de ter criado a Terceira Via, que não é mais do que uma cartilha de renegação dos valores socialistas e rendição ao liberalismo económico, o sociólogo Giddens defendeu no dia 7, em Lisboa, que a abolição do conceito de reforma e a reestruturação do Estado-Providência são necessárias para responder ao envelhecimento das sociedades contemporâneas.

«Porque devem os idosos ser expulsos do mercado de trabalho? Porque não devem os idosos ser parte do contrato de obrigações, responsabilidades e direitos como os jovens?», interrogou-se Anthony Giddens numa conferência dedicada ao tema «Envelhecimento e Globalização» realizada no final da Presidência Aberta dedicada aos Idosos, promovida pelo Chefe de Estado e que se saldou num enorme êxito, pondo a sociedade a reflectir sobre esta tão importante problemática.

Anthony Giddens afirmou que o envelhecimento deve ser tratado como uma «nova forma de exclusão» e questionou-se sobre porque não fomentar, por exemplo, políticas activas de emprego para os idosos (a exemplo do que os Germanos fazem para os mais novos).

Ideólogo da Terceira Via do líder trabalhista e primeiro-ministro britânico, Tony Blair, Anthony Giddens considerou ser errado olhar para o fenómeno da globalização como exclusivamente económico e que as «mudanças profundas» registadas a nível global nos últimos anos também atingem a esfera do indivíduo.

Anthony Giddens salientou também a importância de haver uma nova aproximação entre os Governos e a iniciativa privada para fazer face às questões levantadas pelas profundas alterações demográficas dos últimos anos no mundo industrializado.

O envelhecimento da sociedade - cujos efeitos Anthony Giddens equiparou aos do aquecimento global do planeta - coloca questões que o transformam numa espécie de «bomba-relógio» a prazo, até porque ele ocorre a nível global.

Anthony Giddens alertou para a divisão que já existe entre os idosos - velhos-jovens e velhos-velhos - e referiu que o envelhecimento já deixou de ser uma fatalidade porque «transcende» a mera degradação fisiológica do corpo. Diferente da velhice física, a idade da mente progride a outro ritmo - que é acelerada na chamada Terceira Idade por aspectos como a falta de auto-estima e de desafios intelectuais, disse.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

Maria de Belém Roseira, ministra da Saúde de Portugal, foi eleita, no dia 17, presidente da 52ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), que decorre no Palácio das Nações, em Genebra, até ao próximo dia 25.

O anúncio foi feito no início dos trabalhos pelo ministro da Saúde do Bahrein, Faisal Radhi Al-Mousawi, que presidiu à sessão de 1998.

Participam nesta reunião do órgão de cúpula da Organização Mundial da Saúde (OMS) delegações dos 191 Estados-membros, representados por mais de mil delegados.

Maria de Belém tem chefiado a delegação portuguesa à AMS desde que é membro do Executivo socialista e o convite para presidir à Assembleia Mundial da Saúde foi-lhe endereçado a título pessoal «como reconhecimento do trabalho que tem desenvolvido no seu país».

Além de Maria de Belém, a delegação portuguesa é composta pelo representante permanente de Portugal nas organizações internacionais em Genebra, Gonçalo Santa Clara Gomes, pelo director-geral da Saúde, Constantino Sakellarides, e pelo assessor do Minis-



tério da Saúde para a área da cooperação, Lopes Martins. «Um ano de mudança» é o título do docu-

mento a apresentar pelo conselho executivo da OMS, enquanto a directora-geral da organização, Gro Harlem Brundtland,

apresenta o balanço da actividade da organização durante os seus primeiros nove meses de actividade no cargo.

Num relatório intitulado «O futuro da OMS após um ano de mudança», a autora considera aqueles meses de gestação e defende ter agora chegado o momento de atacar os problemas mais importantes e que a vão ocupar no futuro.

Gro Harlem Brundtland, especialista norueguesa de saúde pública, foi ministra da Saúde e durante dez anos primeira-ministra do seu país, tendo tomado posse do cargo de directora-geral da OMS a 21 de Julho de 1998.

A luta contra o paludismo e o tabagismo, a erradicação da varíola e da poliomielite, a clonagem e o controlo dos problemas ligados à carência de iodo são alguns dos temas a abordar na assembleia que se iniciou na passada segunda-feira, dia 17, onde também se analisarão diversas questões administrativas e financeiras em grande parte ligadas à revisão da constituição da OMS. A criação da OMS foi discutida no seio da ONU em 1946, tendo a sua constituição sido aprovada em 1947 e concretizada a 7 de Abril de 1948 com 61 Estados como membros fundadores.

PLANO NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As mulheres e crianças vítimas de maus tratos físicos e psicológicos contam já com um conjunto de medidas de protecção e controlo face à actos violentos nas suas próprias casas. A iniciativa dá pelo nome de Plano Nacional contra a Violência Doméstica e foi apresentada publicamente no passado dia 12, no Palácio Foz, em Lisboa, pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas.

Trata-se de um «vasto conjunto de medidas e recomendações definidas no âmbito do Conselho Nacional da Família que, de forma abrangente e integrada, aponta caminhos e objectivos para o combate a um dos grandes flagelos da sociedade portuguesa de hoje: os actos de violência física e psicológica exercidos sobre mulheres e crianças no recato do lar».

Com uma vigência de três anos, o plano enumera cerca de 30 medidas cobrindo as áreas de sensibilização e prevenção, de protecção à vítima, e de investigação e estudo das diversas expressões deste grave problema social.

Entre as medidas propostas constam algumas de maior «urgência operacional»,

como o desenvolvimento da rede de refúgios para vítimas da violência, em parceria entre o Governo, o poder local e as organizações não governamentais (ONG), e o reforço das secções de entendimento directo às vítimas de violência junto dos órgãos de polícia criminal competentes». A criação de uma base de dados organizada em rede sobre serviços, equipamentos e medidas legislativas a que possam aceder as administrações central, regional e local e as ONG para resolução imediata de situações de risco ou de violência e o alargamento do horário de funcionamento dos serviços telefónicos de emergência actualmente existentes para informação e encaminhamento permanente das vítimas de violência doméstica são outras das medidas propostas.

O plano foi elaborado com a participação de todas as entidades que integram o Conselho Nacional da Família: representantes das associações não governamentais da família, de âmbito regional e nacional, representantes de vários ministérios e personalidades convidadas pela alta-comissária para a Igualdade e a Família.

O ESTREITAR DAS RELAÇÕES

Multiplicar as iniciativas de cooperação entre instituições portuguesas e marroquinas é a meta traçada pelo acordo assinado entre Portugal e Marrocos, no passado dia 18, em Lisboa.

Os precursores desta iniciativa são o ministro da Ciência e da Tecnologia de Portugal, Mariano Gago, e o secretário de Estado da Investigação Científica de Marrocos, Omar Fassi-Fehri.

O acordo, assinado no salão nobre do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), vai proporcionar mais e melhor cooperação entre o Centre National de Coordination et Planification de la Recherche Scientifique et Technologique (CNCPRST) - instituição marroquina responsável pela coordenação da investigação científica no Reino de Marrocos -, e o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI) - tutelado pelo MCT.

O ICCTI vem promovendo a cooperação científica com Marrocos no âmbito do Acordo Cultural e Científico bilateral, de 1979, nomeadamente através do Programa de Aplicação para o triénio 1997-1999.

Com o novo acordo entre o CNCPRST e o ICCTI prevê-se a multiplicação das iniciativas de cooperação entre instituições portuguesas e marroquinas através de um novo



instrumento jurídico especialmente vocacionado para o intercâmbio de cientistas no quadro de projectos de investigação conjuntos e ainda pela promoção de colóquios temáticos que possam identificar novas oportunidades de cooperação, refere uma nota do MCT.

O Ministério da Ciência e Tecnologia acrescenta que o País desenvolve já um Programa de Cooperação semelhante com a Tunísia, que deu origem a 18 projectos de cooperação luso-tunisinos no ano de 1998. Ontem, o responsável governamental marroquino visitou instituições de investigação científica portuguesas, para se inteirar de aspectos concretos da sua actividade.

DESPORTO

Estatuto do Mecenato

UMA NOVA FORMA DE FINANCIAMENTO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA

O Decreto-lei nº 74/99, de 16 de Março aprovou o Estatuto do Mecenato, no qual pela primeira vez foi consagrada a figura do Mecenato Desportivo. Tal consagração constitui um assinalável êxito do movimento associativo e o reconhecimento público da importância fundamental que o desporto assume hoje nas sociedades modernas. É uma matéria que o actual Governo decidiu mas que era um desejo já de muitos anos de todos os que protagonizam o desporto.

O Mecenato Desportivo constitui uma nova forma de financiamento da actividade desportiva permitindo, através da criação de um regime de benefícios fiscais incentivador, coerente e claro, a participação dos cidadãos e das empresas na realização dos objectivos da política desportiva do Governo, designadamente no que respeita ao fomento e desenvolvimento da actividade desportiva.

É de salientar a grande abrangência do Mecenato Desportivo cujas entidades beneficiárias são a Fundação do Desporto, o Comité Olímpico de Portugal, as federações desportivas, os clubes e as as-



sociações promotoras do desporto.

Em termos práticos, os benefícios fiscais previstos no âmbito do Mecenato Desportivo traduzem-se, em sede de IRC na possibilidade das empresas apresentarem nas suas declarações de impostos,

como custos ou perdas do exercício, até ao limite de 5/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, todos os donativos em dinheiro ou em espécie atribuídos às entidades atrás referidas. Este mesmo limite, contudo, não se aplicará

sempre que os donativos atribuídos se destinarem à Fundação do Desporto ou à realização de actividades ou programas que sejam considerados de superior interesse desportivo.

É de realçar que os donativos concedidos serão sempre majorados, isto é são levados a custos em valor correspondente a 120 por cento do respectivo total, ou 130 por cento quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais.

Também em sede de IRS o regime aprovado permite aos cidadãos contribuintes deduzirem ao valor anual dos seus rendimentos os donativos por si concedidos às entidades abrangidas pelo Estatuto do Mecenato.

Neste caso, a dedução em causa é efectuada em valor correspondente a 25 por cento das importâncias atribuídas e até ao limite de 15 por cento da colecta. Contudo, caso o donativo se destine à Fundação do Desporto, tal limite não será aplicável.

Espera-se que a sociedade civil corresponda a este estímulo do Estado ao desenvolvimento do desporto, que o Estatuto do Mecenato possibilita.

SEGURANÇA

Distrito de Bragança

ESCOLAS COM TRÊS NOVAS VIATURAS

As escolas das três vilas que não são sede de concelho no distrito de Bragança receberam no passado sábado, dia 16, três viaturas oferecidas pelo Ministério da Administração Interna no âmbito do programa «Escola Segura».

As viaturas foram distribuídas pelas vilas de Torre Dona Chama, Sendim e Izeda, elevando para 16 o número de veículos distribuídos no distrito de Bragança.

O investimento, que ascende a cerca de 35 mil contos, visa, segundo o governador civil, Paz Dias, garantir «vigilância a todas as escolas preparatórias e secundárias da região». O programa Escola Segura começou no distrito de Bragança há cerca de dois anos, com o Governo Civil a assegurar o investimento inicial, de 20 mil contos, para as sedes de concelho.

Posteriormente foi decidido reforçar a capital do distrito com mais uma viatura e abranger no programa as vilas que não são sede de concelho.

Para o efeito foi pedida ajuda ao Ministério da Administração Interna, que contribuiu directamente com a oferta das viaturas.

O «Escola Segura» é «o programa de segurança com maior êxito até agora». Na opinião do governador civil, para quem «no interior das escolas e nas áreas circundantes,

a criminalidade sofreu uma diminuição tremenda, o que contribuiu para a tranquilidade dos Países».

Segundo Paz Dias, o programa «tem sido também um bom exemplo da filosofia da segurança da proximidade, em que todos devem colaborar com as forças de segurança para a sua protecção e defesa».

Este foi o lema da Semana Distrital da Segurança que decorreu em Bragança, encerrando com a cerimónia de entrega das novas viaturas para as escolas.

Ao longo da semana realizaram-se, em todas as sedes de concelho do distrito, encontros com as populações e as entidades locais para discutir os problemas que afligem cada local e encontrar formas de cooperação para a sua resolução.

Estes encontros serviram também como um primeiro contacto para a criação dos conselhos municipais de segurança, cuja finalidade é «chamar toda a colectividade a contribuir para a sua própria segurança».

Nestes conselhos estão representadas as autarquias, bombeiros, forças policiais e outras entidades locais.

Segundo o governador civil de Bragança, «falta apenas criar os conselhos municipais de segurança de Bragança, Miranda do Douro e Vimioso».

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Parque das Nações

OFICINA DO AMBIENTE

A cidade de Lisboa conta desde a passada segunda-feira, dia 17, com a sua primeira Oficina do Ambiente. A inauguração decorreu no Cabeço das Rolas, Parque das Nações.

Trata-se de um projecto de divulgação e Sensibilização Ambiental que visa dotar a metrópole alfacinha de equipamento pedagógico e educativo em questões ambientais para a população escolar.

A Oficina do Ambiente é constituída por três tipos de actividades que podem ser feitas em grupo ou individualmente: a visita ao Centro de Monitorização Ambiental (CEMA), as actividades e jogos de carácter ambiental e os percursos ambientais.

O projecto nasceu da requalificação ambiental operada pela Parque Expo'98, no âmbito da preparação da exposição, e destina-se sobretudo a escolas do terceiro ciclo até ao secundário.

O CEMA é o local de trabalho técnico de controlo diário da qualidade ambiental do Parque, desde a qualidade da água que é avaliada de 15 em 15 minutos, até à qualidade do ar passando por informações sobre meteorologia.

Além do acesso aos computadores onde se podem recolher as informações ambientais sobre o Parque, pode ser tam-

bém consultada a página Ambiente na Internet.

Temas de maior interesse ambiental podem ser conhecidos através da passagem do vídeo ambiente e de diapositivos.

O CEMA dispõe ainda de quatro grandes janelas de canto com vistas distintas que sugerem diferentes temáticas: a desactivação industrial, o enquadramento do Parque das Nações na Expo, as infra-estruturas inovadoras e a requalificação da frente rio.

De forma a rentabilizar o tempo de espera para aceder ao interior do CEMA, enquanto outro grupo o visita, as crianças podem entreter-se no exterior desenvolvendo com a ajuda de monitores actividades e jogos de carácter ambiental.

A outra vertente da Oficina do Ambiente são os percursos ambientais no Parque. Os estudantes podem optar por diferentes itinerários que lhes dão a conhecer aquele espaço ao ar livre, pondo-os em contacto com a natureza.

O percurso do Jardim do Cabeço das Rolas, situado numa zona elevada com vistas agradáveis, e os percursos pedonais junto ao rio são alguns dos vários caminhos que irão sendo disponibilizados e divulgados a curto prazo pelo Parque das Nações.

AUTARQUIAS



AUTARQUIAS

INICIATIVAS & EVENTOS

Cascais

Autarquia assinala Dia Internacional dos Museus

Visitas guiadas aos museus de Cascais, ateliers de pintura, realização de trabalhos em barro, jogos educativos, concerto de música erudita e visitas ao Moinho de Armação tipo americano, em Alcáideche, foram algumas das iniciativas que a Câmara Municipal de Cascais promoveu no dia 18, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus.



Giacometti homenageado

Michel Giacometti está a ser alvo (de 19 a 21 de Maio) de uma homenagem na Córsega por iniciativa das câmaras de Ajaccio e Cascais, com uma série de iniciativas que contam com o apoio e com a intervenção das colectividades portuguesas em França e da região da Córsega.

A obra e a vida do grande etnomusicólogo que se radicou em Portugal há 39 anos e que faleceu em 1990, tendo residido sempre em Cascais, estão a ser evocados através da exposição «Michel Giacometti: guardador de vozes», organizada pela Câmara de Cascais.

Lisboa

Mário Viegas e António Variações na toponímia

Os cantores António Variações e Carlos Paião e o actor Mário Viegas já têm os seus nomes em ruas de Lisboa, mais concretamente no Bairro dos Retornados da Freguesia de Santa Maria dos Olivais.



Outros quatro artistas já desaparecidos, Carlos Daniel (actor), Jaime Mendes (músico), Fernando Bento (artista plástico) e Palhaço Luciano compõem novas toponímias para arruamentos daquele bairro, actualmente denominados pelas letras de A a G.

António Ribeiro, mais conhecido como António Variações, dedicou uma vida inteira à música e ao espectáculo mas também trabalhou em quinilhanias, em escritório, foi barbeiro e cabeleireiro.

Ganhou grande popularidade na música portuguesa e ficou conhecido pela sua exuberância tanto em palco como no dia-a-dia.

O também cantor Carlos Paião começou aos cinco anos a tocar acordeão e compunha «de ouvido», dedicou-se sempre à música mas a fama surgiu em 1981 quando ganhou o Festival da Canção da RTP com uma música que se tornaria um dos seus grandes êxitos, o «Play-Back».

Mário Viegas, considerado um dos melhores actores portugueses, e homem de convicções de esquerda, foi ainda encenador, declamador, e director de companhia. Subiu pela primeira vez ao palco com 21 anos, e trabalhou na rádio e na televisão, divulgando sempre poesia e teatro sem nunca debruar o humor que lhe era característico.

No cinema foi um dos principais intérpretes de inúmeros filmes, como, por exemplo, «Kilas o mau da fita», «Sem sombra de pecado» e «O rei das Berlingas».

Porto

Plano de Médio Prazo

Fernando Gomes apresentou no dia 11, na Sala da Vereação, nos Paços do Concelho, o Plano de Médio Prazo do Município do Porto.



No Plano são enquadrados os investimentos e realizações até ao ano 2002, consubstanciando um projecto de cidade, que engloba uma visão para o futuro do Porto e uma estratégia desenvolvimento para a intervenção municipal.

Trata-se de um Plano elaborado ao longo de vários meses, com o envolvimento de todos os serviços e estrutura técnica da autarquia.

Este Plano contempla um investimento global da responsabilidade do município da ordem dos 145 milhões de contos, verba jamais atingida em idênticos períodos de

tempo no município do Porto.

De salientar ainda que se trata de uma inovação na forma de gerir uma câmara, já que não é habitual as câmaras municipais elaborarem Planos de Médio Prazo, até porque a tal não são obrigadas por lei.

Povoação

Novo espaço comercial

No âmbito da política de incremento e de dinamização comercial e económica do concelho que a Câmara da Povoação tem vindo a implementar, surge agora mais um espaço comercial, o Três Bicas Beach, situado junto à praia da Ribeira Quente.

Santo Tirso

Campanha do Banco Alimentar

A Câmara Municipal de Santo Tirso, tal como em anos anteriores, colaborou com a iniciativa Banco Alimentar Contra a Fome, facultando o transporte dos bens alimentares recolhidos nos supermercados, até aos armazéns do Banco Alimentar.



Vila Franca de Xira

Duas novas escolas

O ensino tem merecido uma especial atenção da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

O excesso de alunos em duas escolas do concelho de Vila Franca levou a autarquia a celebrar um acordo com a DREL, adiantando-se a um estudo ainda não concluído para resolver estes casos «urgentes».

«As carências de infra-estruturas escolares no concelho e em especial a urgência destes dois equipamentos era tão visível que não foi preciso esperar pelo estudo», disse Alberto Mesquita, vereador responsável pelo pelouro da Educação. A autarquia aproveitou uma recente visita do secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, à freguesia de Alhandra, para assinar um protocolo com a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) para a construção de duas escolas secundárias, uma no Forte da Casa e outra na Castanheira do Ribatejo.

Actualmente, as cerca de 1200 crianças destas duas freguesias tinham de se deslocar à Escola EB 2,3 de Alverca ou à Escola Secundária Dr. Sousa Martins em Vila Franca de Xira, para continuar os seus estudos.



A transferência das crianças provocou a sobrelotação das duas escolas para o dobro.

Na Escola 2,3 Vasco Moniz estão actualmente inscritos 1200 alunos, mas as infra-estruturas só estão preparadas para receber 600.

O mesmo se passa com a Escola 2,3 Aristides de Sousa Mendes, onde «estão cerca de 600 alunos a mais», referiu o vereador.

A situação actual de sobrelotação levou a autarquia a não esperar pelo estudo (Carta Escolar) que está a ser elaborado pelo Instituto Superior Técnico que servirá de base a uma remodelação das infra-estruturas.

Sem esperar pelas conclusões da Carta Escolar, a autarquia garante que no ano lectivo 2000/2001 as duas escolas estarão a funcionar e a sobrelotação será um problema do passado.

Vila Real de Santo António

Homenagem a António Aleixo

No âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António homenageou o poeta popular António Aleixo, natural do concelho, com a atribuição do seu nome ao Centro Cultural da cidade.



António Aleixo, poeta popular, também ele simboliza o 25 de Abril e a conquista da liberdade de pensamento.

As palavras eram a sua arma e com elas lançava pequenos focos de revolução.

PS EM MOVIMENTO

BRAGA

Federação Distrital

A Federação Distrital de Braga do PS está empenhada activamente na campanha para as eleições europeias.

No dia 11 o Grupo do Norte de candidatas do PS ao Parlamento Europeu, e que inclui entre outros, Carlos Lage, Manuel dos Santos e António da Silva Reis, efectuou a primeira visita ao distrito de Braga.

Esta visita insere-se num programa de visitas até ao dia 25 de Maio, em que os candidatos a deputados ao PE dos distritos do Norte vão visitar os cinco distritos da região Norte.

De salientar que esta visita foi dedicada aos problemas do interior.

CACILHAS

Jantar-convívio

O Secretariado da Secção de Cacilhas vai organizar no dia 26, às 19 e 30, um jantar-convívio para assinalar os 25 anos do 25 de Abril, que decorrerá na Cervejaria «Cabrinha», no Largo Alfredo Dinis (Largo de Cacilhas).

Estão confirmadas as presenças dos camaradas Ferro Rodrigues, Joel Hasse Ferreira, Alberto Marques Antunes e Paulo Pedroso

Homenagem a militantes históricos

Na ocasião, serão homenageados os camaradas inscritos na Secção que completam este ano 25 anos de filiação no Partido. São eles os camaradas Fausto Lucas Martins, José Maria Correia, António Carlos Godinho Soares e Mário da Silva Batista Vilhena. Uma grande jornada de confraternização em perspectiva.

ÉVORA

Conferência sobre ambiente

Na sequência da cerimónia do quarto aniversário da assinatura do contrato de legislativa da Nova Maioria, o PS promoveu no passado dia 16 a primeira conferência temática sobre «Ambiente e Território», organizada pelos camaradas Edite Estrela, João Cravinho e José Sócrates, que decorreu no Hotel da Cartuxa, em Évora.

ÍLHAVO

Concelhia organiza debates

No seguimento do ciclo de debates programados pela Comissão Política Concelhia de Ílhavo do PS, realiza-se amanhã, dia 21, em Ílhavo, um jantar-debate, que conta com a presença do camarada Francisco Assis, presidente do Grupo Parlamentar do PS.

O tema em discussão será «PS – uma relação de confiança com os portugueses! Os desafios de um projecto socialista para o século XXI».

Esta oportuna iniciativa é aberta a toda a população e decorre no restaurante «Windsor».

LOULÉ

Jantar/Comício

No próximo dia 25 de Maio realizar-se-á um jantar/comício, no Salão de Festas do Quarteirense, em Quarteira, organizado pelo PS/Loulé, que assinala o arranque da campanha eleitoral do PS para o Parlamento Europeu, além da presença do referido candidato, estarão também presentes os camaradas Jaime Gama e José Apolinário, que reforçarão o apoio ao candidato que colocará o Algarve no Parlamento Europeu.

PORTO

Mulheres Socialistas

A Comissão Política Concelhia na sua reunião plenária de 19 de Março aprovou o Plano de Actividades que incluía a criação do Departamento das Mulheres Socialistas.

Assim, a partir daí foi elaborado um plano de acções que têm vindo a ser levadas à prática, nomeadamente a visita às Secções de residência da cidade do Porto no sentido da mobilização de todas as mulheres socialistas para os combates eleitorais que se avizinham.

Debate sobre «O papel da mulher na sociedade portuguesa»

A Federação Distrital do Porto do PS organizou no passado dia 17 um debate subordinado ao tema «O papel da mulher na sociedade portuguesa», que teve como orador principal o camarada António Costa, ministro dos Assuntos Parlamentares.

Debate sobre «A Nova Europa»

Na sequência de toda a actividade do Departamento Concelhio das Mulheres Socialistas, realizou-se recentemente um debate subordinado ao tema «A Nova Europa», no Auditório da FDR que contou com a participação da camarada Maria Carrilho, deputada da Assembleia da República.



RIBEIRA DE PENA

Pré-campanha

No âmbito da pré-campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, os candidatos do PS visitam o concelho de Ribeira de Pena e de Montalegre no próximo dia 22, sábado.

No dia 24 o camarada Mário Soares profere uma conferência subordinada ao tema «Os novos desafios da Europa no próximo século», no auditório do GATAT.

Pauline Green afirma Soares é «muito bom candidato» à presidência do PE

A presidente do Grupo Socialista do Parlamento Europeu, Pauline Green, elogiou no dia 4 as qualidades políticas de Mário Soares, acentuando que ele é um «muito bom candidato» à presidência do PE.

«O seu prestígio (de Soares) constitui por si só um grande trunfo para nós», declarou a líder dos socialistas europeus numa conferência de imprensa decorrida logo após ter estado reunida com o cabeça-de-lista do PS português para as eleições europeias.

A reunião decorreu à margem do plenário do PE a que Mário Soares se deslocou na qualidade de presidente do Movimento Europeu.

Soares tem enormes competências

«Soares tem enormes competências e é um europeu muito empenhado», acrescentou Pauline Green, depois de ter esclarecido, momentos antes, que não entraria na corrida à liderança do PE, uma possibilidade aventada há meses nos meios parlamentares europeus.

«Acho que tem atrás dele apoios consideráveis, claro que é um bom candidato», precisou a chefe de fila do maior grupo político representado no Parlamento da União Europeia.

Pauline Green admitiu, no entanto, que a eleição do candidato português para a presidência da instituição depende dos resultados das Europeias, que se realizam a 13 de Junho.

«É preciso aguardar pelas eleições», afirmou.

A responsável do PSE referia-se à imprevisibilidade do «acordo de cavalheiros», sobre a presidência do PE, que tem vigorado entre os dois partidos habituais vencedores dos escrutínios europeus - socialista/PSE e democrata-cristão/PPE.

Ao longo das últimas legislaturas PPE e PSE partilharam o cargo através de um acordo informal ao abrigo do qual a um presidente conservador sucede um presidente socialista e vice-versa.



EUROPEIAS

Edite Estrela

BEM PREGA FREI PACHECO!

O dr. Pacheco Pereira não pára de nos surpreender. Sobretudo desde que é candidato ao Parlamento Europeu.

Quando era comentador, criticou duramente a sujeição de alguns políticos aos ditames da sociedade comunicacional, acusando-os de se auto-programarem em função dos horários dos telejornais. Agora, que é candidato, não resiste à tentação de fazer o que dantes censurava. Conferências de imprensa só mesmo às oito da noite.

Sendo embora deputado do PSD, empenhou-se activamente na reeleição de Mário Soares à Presidência da República. Agora, que é o cabeça de lista às europeias, só vê defeitos onde antes via qualidades. Só para ele é que Soares já não «é fixe». Será que os candidatos adquirem razões que a razão do comum dos mortais desconhece? Ou tratar-se-á tão-só de contradições, não mais que contradições, como diria Carlos de Oliveira? É o que parece. De contrário, como se explica que o dr. Pacheco, um indefectível apoiante do dr. Durão Barroso, venha agora criticar a política externa portuguesa, incluindo a política africana desenvolvida pelo mesmo dr. Du-



ção Barroso, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros?

Sabe-se que o dr. Pacheco é um homem culto, que possui uma considerável biblioteca e uma invejável base de dados. Que lê e escreve muito, pensa e argumenta bem, fazendo jus à sua formação de filósofo. Com acesso fácil aos «me-dia», o dr. Pacheco já teve oportunidade de se pronunciar sobre os mais variados

temas da actualidade, na imprensa, na rádio e na televisão, sem inibições de qualquer espécie.

Quem possui um tal tirocinio e à-vontade, só por arrogância ou incomodidade pode invocar a sua condição de «não economista» para se furta, numa entrevista à Antena Um, a comentar os resultados que o Governo obteve na negociação da Agenda 2000. O dr. Santana Lopes e o dr. Paulo Portas, que também não são economistas, não se coibiram de reconhecer e aplaudir o êxito alcançado. Acontece que o primeiro é do partido do dr. Pacheco e o segundo é, como ele, cabeça de lista ao Parlamento Europeu. É, pois, legítimo concluir que não foi a sua filiação partidária nem a qualidade de candidato que condicionaram a resposta do dr. Pacheco. O que foi, então? Mesmo que o dr. Pacheco tenha pouca propensão para os números e veja nos fundos estruturais uma inaceitável medida de discriminação positiva comparável às quotas de participação feminina, não serve de desculpa. Ele sabe que lhe era pedida apenas uma avaliação política e não uma apreciação técnica. Acresce que, não havendo na lista do PSD qualquer economista em lugar ele-

gível e sendo a Comissão do Orçamento uma das mais importantes do Parlamento Europeu, o dr. Pacheco vai ter de se virar, a menos que peça ajuda à cabeça de lista da CDU ou a um dos quatro economistas que o PS deve eleger. A situação poderia ser bem mais confortável se o PSD, em vez de apresentar uma lista com dois intelectuais, a viúva de Lucas Pires e mais uns nomes para contentar distritais, concelhias, jovens e sindicalistas, tivesse incluído uma economista em lugar cimeiro. Resolvia o problema das contas e orçamentos e cumpriria o prometido durante o debate, na Assembleia da República, daquela que ficou conhecida, ainda que erradamente, por «lei das quotas». O tão apregoadado mecanismo da auto-regulação traduziu-se, afinal, na existência de uma única mulher em lugar elegível. Uma mulher em nove lugares e... mais sete para o fim da lista. Serve para compor o ramalhete e talvez para enganar as tolas. Só isso explica, aliás, que alguém possa ver numa tal lista um «claro sinal de respeito pelas 'quotas' de participação feminina». Parece que não é só o dr. Pacheco que não é economista!

In «Expresso»



GLOBALIZAÇÃO

Iglésias Costal

ECONOMIA DA (DES)IGUALDADE

Reflectindo acerca dos problemas que atormentam cada vez mais as populações deste planeta, era desejável que se perspectivasse a economia do Ser, como forma duma nova vivência planetária.

Hoje gasta-se papel em artigos que nos sensibilizam para problemas que nos tocam. Como a segurança individual e colectiva, a fome, a poluição, as religiões, um sem-número de preocupações. Tenho reparado que textos escritos há muitos anos ainda são actuais. No mínimo dá para pensar.

Com efeito, na segunda metade do séc XIX, já os escritores da Escola Realista abordavam muito dos problemas que atravessam ainda a nossa sociedade. Evidentemente com as devidas relatividades: epistemológicas e «cibernéticas».

As profundas transformações sociais que se operavam por via das máquinas a vapor na indústria, nos transportes, na economia e no relacionamento da sociedade, fizeram surgir novos problemas na maneira colectiva de sentir e pensar, completamente diferentes do iluminismo e da Revolução Francesa.

Nas ciências a concepção mecanicista foi ultrapassada. A termodinâmica mostrava a unidade existente entre as várias formas

de energia, a química orgânica liga os fenómenos físico-químicos aos da fisiologia, verifica-se que tudo no mundo tem uma história desde os corpos celestes até à crosta terrestre, às espécies biológicas, as arquitecturas sociais, aos princípios da justiça aos idiomas.

A nova mentalidade científica e filosófica não podia deixar de reflectir os problemas humanos, que começavam a agravar-se com a indústria de novo cariz, com a redução de pessoas à condição de assalariados.

Em 1830 os escritores começam a preocupar-se com os novos problemas do humanismo, a escravatura que os mecanismos tornavam dispensável os horários excessivos do trabalho dos operários, o analfabetismo, a miséria e a delinquência, também a infância abandonada. As consequências sociais e morais do lucro eram postas em destaque pelo grande romancista Balzac na «Comédia Humana», a exploração da infância e dos miseráveis, os regimes de prisão são mostrados por Dickens e Victor Hugo.

Havia escritores que exaltavam o humanismo e atacavam a burguesia. A nova mentalidade instalada na altura retratava os males sociais na obra literária, relacionados com as revoluções de 1848 e o aparecimento das primeiras ideologias

socialistas, conduziram ao chamado Realismo. Escola que procura na produção desapaixonada da realidade social e humana e reage contra o individualismo.

Victor Hugo é na altura o grande escritor da literatura humanista e protestativa. Em 1870, Antero de Quental e alguns companheiros de curso realizam uma série de palestras conhecidas por «Conferências do Casino Lisboense» para divulgar as novas correntes ideológicas e estéticas dos países mais avançados.

Foi também a influência de Proudhon, através de Antero de Quental que Eça de Queirós foi conduzido para o realismo, como necessário para a defesa do progresso humano.

É interessante notar ao longo dos anos a dificuldade de ultrapassar certos comportamentos, motivados ou despoletados pelas tecnologias que entretanto surgiam. Se avançarmos no tempo reparamos que o mesmo está a acontecer de uma forma abrupta, exponencial e mais frustrante ao compararmos as épocas, o que aliás é fundamental para o evolucionismo da sociedade, que coloca à partida uma preocupação da melhoria do comportamental. A economia e a evolução tecnológica permitem que o homem possa atenuar as di-

ferenças materiais. Contudo essa diferenciação está a aumentar. A complexidade, o contraditório e a diferenciação estão a dominar o indivíduo. O individualismo está a prosseguir o caminho do absurdo. As atitudes estéticas e éticas têm que se sobreporem ao novo liberalismo, que apenas absorve o lucro como forma última da economia.

Não vai ser mais possível continuarmos na senda do não actuar. As organizações mundiais têm que imprimir e instigar um novo modelo de economia. O da igualdade. Não faz sentido prosseguirmos para formas de destruição que são lentas mas irreversíveis.

Nunca se falou e escreveu tanto sobre economia, mas pouco se resolveu a bem das populações.

Penso que um desafio se coloca com bastante força: o de mudarmos este tipo de situação, a de cada vez mais os sobressaltos, as angústias e as ansiedades criadas podem vir a ser resolvidas, porque novas mentalidades surgirão com efectivas e verdadeiras mudanças nas mentalidades das lideranças. Talvez comece pela liderança a verdadeira mutação planetária para uma economia da utilidade e da igualdade, contrapondo-se à do lucro pelo lucro a da desigualdade.





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concursos em Albufeira

«O Ambiente litoral e as praias com bandeira azul da Europa no concelho de Albufeira» é o título genérico de um concurso de vídeo que a autarquia albufeirense está a promover até Setembro.

O certame, aberto a todos os interessados, tem como principal objectivo seleccionar um registo de vídeo sobre as potencialidades faunísticas e florísticas deste turístico concelho algarvio.

Os trabalhos, que podem ser entregues até final de Setembro no Departamento de Ambiente da Câmara Municipal, devem ter uma duração máxima de dez minutos e comentários em língua portuguesa.

Também no âmbito da campanha da bandeira azul da Europa, a edilidade albufeirense promove um concurso de fotografias a cores, que visa evidenciar as potencialidades naturais do ambiente litoral do concelho.

Teatro em Coimbra

O Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC) estreia, hoje, a peça «A Mulher Canhota», encenada por Rogério de Carvalho.

A produção inspira-se no romance homónimo do austríaco Peter Handke, e apresenta como tema fulcral a crise do casal, o desfazer da ligação amorosa, aspectos dominantes na obra do escritor.

A peça estará em cena até ao dia 28 de Maio, no Teatro de Bolso do TEUC.

Arqueologia em Elvas

O concelho tem já os primeiros dois circuitos arqueológicos do País, promovidos pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), proporcionando aos visitantes a descoberta das antas dos percursos do Guadiana e de Barbacena.

Nos circuitos o visitante tem acesso a um conjunto de monumentos funerários construídos pelo homem entre os séculos V e III A.C. Enquanto no circuito do Guadiana as antas são em xisto, no percurso de Barbacena é o granito que predomina.

Os percursos, realizados em veículos todo-o-terreno, estão já abertos ao público, funcionando às quartas-feiras, sábados, domingos e feriados. A partida e chegada são no Castelo de Elvas.

Com 93 monumentos megalíticos identificados, o concelho de Elvas é um dos mais ricos do País neste tipo de construções arqueológicas.

Multiculturalismo em Estarreja

«Multiculturalismo e encontro de culturas» é o tema da primeira edição do Festival de Estarreja - ESTA'99 -, que decorre a partir de amanhã prolongando-se até ao dia 30. Assente numa programação internacional

de espectáculos de teatro, dança e música, o Festival comporta também um ciclo de debates e uma reunião do grupo de trabalho e reflexão sobre Multiculturalismo e Globalização do Informal European Theatre Meeting.

O programa do ESTA'99 acolherá artistas de vários países, nomeadamente de grupos da China, Cabo Verde, Angola, Bélgica, França e Brasil. O programa do Festival decorrerá na Praça Francisco Barbosa, em tendas de circo e palcos móveis.

Pintura em Ferreira do Alentejo

Leonel Borrela e Flávio Horta expõem, até ao dia 28, na Galeria de Arte da Capela de Santo António, os seus mais recentes trabalhos em pintura.

Concerto em Fafe

Amanhã, às 21 e 45, no Estúdio Fénix, assista a mais um concerto quinzenal comentado pelo maestro José Atalaya. Desta feita a «Música em Diálogo» contará com Jed Barahal (violoncelo) e José Pina (guitarra) para r4ecriar obras de Boccherini, Romberg, Joaquin Nin, Domeniconi e Radamés Gnattali.

Ainda no Estúdio Fénix, mas este fim-de-semana, será exibido nas sessões das 15 e 30 e das 21 e 30, o filme português «Jaimé».

Bandas em Guimarães

«Búffalo 66», de Vicent Gallo, e «A Vida é Bela», de Roberto Benigni, são as duas fitas de qualidade que poderá apreciar hoje e na terça-feira, dia 25, respectivamente, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal da Universidade do Minho.

Hoje e amanhã delicia-se com os dois últimos espectáculos do Festival de Bandas deste ano. No palco do Ultimatum Café Jazz Café actuarão os Fora-de-Mão e Tawdry (hoje 22 e 30), bem como os Tear Drop e Temus Thempu (amanhã, 22 e 30). Ainda amanhã, pelas 18 e 30, realiza-se no Auditório da Universidade do Minho, uma conferência sobre «O Corpo» que contará com a participação de dois académicos espanhóis: Emilio Tuñón e Luís Mansilla

Fado em Lisboa

António Chainho, Teresa Salgueiro, Filipa Pais, Marta Dias e Sofia Varela constituem uma mistura explosiva e única que vai poder ver e ouvir, hoje, a partir das 22 horas, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, num espectáculo de apresentação do disco «A Guitarra e Outras Mulheres», um belíssimo repertório com excelentes intérpretes que marca o novo fado português.

Amanhã, sexta-feira, é dia de estreias cinematográficas nas salas de cinema lisboetas. Assim, escolha de entre as três fi-

tas debutantes. «A Armadilha», de Jon Amiel, «Star Trek. Insurreição», de Jonathan Frakes, e «Lulu on the Bridge», de Paul Auster.

Na Delegação Regional do IPJ de Lisboa haverá, no sábado, dia 22, pelas 15 horas, um concerto a cargo do grupo coral Mampoli, sob a designação genérica de «Associação Jovem +».

No mesmo local, quatro dias depois, na quarta-feira, às 21 e 30, poderá assistir a um recital de música de câmara pela Orquestra Metropolitana de Lisboa.

Desenhos no Porto

O Museu Nacional Soares dos Reis tem patente ao público, até ao dia 30 de junho, a exposição «Desenhos dos Surrealistas em Portugal», que inclui obras de Mário Cesariny, Cruzeiro Seixas e Alexandre O'Neill.

As obras presentes na mostra referem-se ao período entre 1940 e 1966.

Exposição em Sintra

O trabalho de 18 jovens artistas franceses representados em colecções privadas constitui o teor de uma exposição intitulada «França - Uma Nova Geração», a inaugurar no próximo sábado, dia 22, no Sintra Museu de Arte Moderna.

Integrando obras de pintura, escultura, fotografia e multimédia, a mostra proporciona uma leitura da situação artística francesa dos anos 90, ao abranger artistas com menos de 40 anos.

Escritores, poetas, empresários, políticos e outras personalidades do mundo lusófono reúnem-se em Sintra nos dias 23, 24 e 25, no âmbito da Festa da Língua Portuguesa II, uma iniciativa da Câmara Municipal.

O evento enquadra-se no objectivo comum de defesa de uma língua plural e uma, entendida como símbolo de um diálogo privilegiado entre Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Concerto
Andrea Bocelli
«SOGNO»
26 de Maio
Pavilhão Atlântico
Parque das Nações

SUGESTÃO

FEIRA DO LIVRO

A 69ª Feira do Livro de Lisboa abre hoje, às 18 horas, com 181 pavilhões e 115 participantes.

O evento, que decorre até 13 de Junho no Parque Eduardo VII, terá uma forte componente de animação infanto-juvenil, concentrada sobretudo nos fins-de-semana.

A programação cultural centrar-se-á em dois temas - os 25 anos do 25 de Abril e a polémica sobre a cópia privada - que serão objecto de colóquios, debates e exposições e ainda de propaganda através de cartazes, panfletos e autocolantes.

A Câmara Municipal de Lisboa realiza, na feira, uma mostra alusiva à Revolução dos Cravos e uma outra que dá a conhecer as máquinas de escrever de escritores famosos, documentando também aspectos da sua vida e obra. A edilidade lisboeta promoverá igualmente uma mostra de esculturas de bronze ao longo do Parque.

A Feira do Livro de Lisboa poderá ser visitada de segunda a quinta-feira das 16 às 23 horas, sextas-feiras e vésperas de feriado das 16 às 24 horas, sábados das 15 às 24 horas, domingos e feriados das 15 às 23 horas. No Dia Mundial da Criança abre excepcionalmente às 10 e 30, encerrando às 23 horas.

No Porto, a Feira do Livro abre amanhã, no Pavilhão Rosa Mota, prolongando-se também até 13 de Junho.

Os pavilhões serão 86 - mais quatro do que no ano anterior -, representando um total de 64 participantes.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

*Vejo pássaros de alma no rio do infinito
Serem música do silêncio
Das pétalas do sono branco
Nas lágrimas das crianças idas
Cantando subterráneas canções
Da cor do nada nos litorais de saudade
Do silêncio alucinado da morte.*

Fernando Botto Semedo
In «Poemas do Silêncio»



EUROPA, IMPOSTOS E SOLIDARIEDADE

Está na rua e nos meios de comunicação a campanha para as eleições europeias. É fundamental entendermos que um mercado único exige uma harmonização no sistema de transacções, aliás já evidenciado nos próprios processos de aplicação do IVA. Como será claro que a agudização da competitividade entre as empresas conduzirá a uma aproximação ou até a um nivelamento das taxas do tipo IRC. Podemos entender que caso fosse aplicado a nível europeu um imposto do tipo IRS, os cidadãos dos países com menos rendimentos médios beneficiariam. Assim como também é facilmente entendível que a integração do sistema financeiro, a criação do Sistema Europeu de Bancos Centrais, bem como a adopção da moeda única conduzem à necessidade de melhor regular os circuitos e os mercados financeiros. Por isso, na União Europeia, a preocupação com os desequilíbrios e distorções na

área fiscal já conduziu à elaboração de um Código de Conduta Fiscal. Enquanto se encontram em reanálise os dispositivos legais relacionados com os «off-shore» e as zonas francas. É necessário ter-se em conta que nos sistemas fiscais se deve mexer com extremo cuidado, para evitar abalos desnecessários. O que não significará conformismo ou inação. Estamos na fase em que se procura avançar na 3ª fase da União Económica e Monetária, concretizando a adopção da moeda única e fazendo funcionar bem o Banco Central Europeu, em articulação com os Bancos Centrais de cada Estado membro da União. Daí que as querelas sobre federalismo e confederalismo, lançadas por sectores chauvinistas e populistas de direita mais não fazem do que procurar lançar a confusão. O que interessa é analisarmos concretamente o que se passa, prepararmos as próximas etapas e não nos deixarmos envolver excessivamente em querelas semânticas ou terminológicas. A União Europeia é uma construção política de tipo novo, alicerçada na vontade dos povos de cada Estado membro, ou seja, dos cida-

dãos europeus no seu conjunto. E é a nossa vontade política de europeus, baseada na análise das situações reais, que traça a estratégia de construção europeia, do aprofundamento, do alargamento e da consolidação da União. Entretanto, o desemprego em Portugal continua a descer, quer globalmente quer especialmente entre os jovens. Isto não significa que não devam continuar preocupados quer com as fragilidades da qualificação de uma boa parte da mão de obra portuguesa quer com as vulnerabilidades de muitas empresas nacionais, num quadro de competição global. Mas que deveremos utilizar todos os recursos disponíveis, nacionais e europeus, na concretização da ideia da solidariedade europeia, apoiando a requalificação da força de trabalho portuguesa, a reconversão de muitas empresas e a concretização de novos investimentos que criem empregos e apoiem a competitividade das empresas nacionais. Assim se concretizará o princípio da coesão económico-social europeia. Assim se trabalhará também para dar conteúdo ao princípio da solidariedade europeia.

«Num mundo unipolar, os norte-americanos julgam-se numa Terra Prometida e sentem-se seres de eleição»

Jean Daniel

Visão, 13 de Maio

«Os americanos não conseguem dissimular uma espécie de arrogância serena que os tomou depois da implosão da União Soviética»

Idem, ibidem

«José Cardoso Pires era um grande amigo e um grande escritor. Um homem honesto. Sem nenhuma inveja»

António Lobo Antunes

«Se as pessoas quase não lêem os jornais, como vão ler livros»

Idem, ibidem


«Nas cidades alemãs, as pessoas lêem livros nos transportes públicos. Aqui é uma coisa excepcional»

Idem, ibidem

«Fernando Gomes sabe interpretar os anseios do Porto, do Norte, podemos dizer. Vilacondense, subiu a palmo na vida. Mudou muita coisa na sua terra, como autarca, e no País, quando membro do Governo»

Martinho de Castro

«Assim – Jornal de Crítica», Maio




Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz